

PREVIDÊNCIA

PEC Paralela volta ao Senado após modificações na Câmara

PÁGINA 2

CIDADANIA

Alimentação adequada, vida saudável

PÁGINA 16



MÁRCIA GOUTHIER/AGÊNCIA SEBRAE

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI – Nº 2.102/23 – Brasília, 21 a 27 de março de 2005

EDIÇÃO SEMANAL

Presidente do Banco Popular do Brasil será ouvido nesta terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos. Senadores querem ter certeza de que MP atende aos microempreendedores pobres

Governo tenta convencer oposição a votar microcrédito

PÁGINA 3

DESARMAMENTO



ROOSEWELT PINHEIRO

Pesquisa do Senado mostra apoio à proibição da venda de armas

PÁGINA 4

Comissão de Educação aprova Estatuto da Igualdade Racial

Projeto, que combate a discriminação e a desigualdade raciais, será agora examinado pelas comissões de Assuntos Sociais e de Justiça.

PÁGINA 7

CPI da Terra quer pedir nova quebra de sigilo bancário do MST

O presidente da comissão, Alvaro Dias, também solicitará dados já obtidos pelo Ministério Público de São Paulo para apurar indícios de irregularidades.

PÁGINA 4

GÁS NATURAL

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura examina plano para exploração de gás natural no país e projeto que compensa perdas de arrecadação dos estados produtores.

PÁGINA 2

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

Senado terá explicações sobre empréstimo a Marta

Está marcada para o dia 29 de março a vinda do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para explicar operação financeira da prefeitura de São Paulo, destinada à modernização do sistema de iluminação pública,

que não teria observado a Lei de Responsabilidade Fiscal. Luiz Otávio, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, também espera ouvir a ex-prefeita Marta Suplicy e o presidente da Eletrobrás, Silas Rondeau.

PÁGINA 5

Infra-Estrutura analisa plano para gás natural

Em meio à crise político-econômica enfrentada pela Bolívia, que pode resultar em sobretaxa de até 50% do gás natural explorado no país pela Petrobras, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vota nesta terça-feira, a partir das 14h30, projeto de lei do Senado (PLS 101/04) que institui o Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás. A matéria, apresentada pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ), conta com parecer favorável do relator, senador Augusto Botelho (PDT-RR), e será votada em caráter terminativo, isto é, segue direto para a Câmara, a menos que haja recurso para análise do Plenário.

A proposta de Crivella estabelece diretrizes e metas para a exploração de gás natural por um prazo de dez anos. Também foi incluído na pauta projeto de lei (PLS 222/04) do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que propõe nova forma de repartição do acréscimo de produção da exploração de gás natural e

petróleo. As mudanças referem-se aos royalties e participações especiais pagos sobre esse aumento da produção, estipulando-se a destinação de 75% para os estados produtores e 25% para a União.

Ao justificar a proposição, que tem parecer favorável do senador Tasso

Jereissati (PSDB-CE), Sérgio Cabral informou que o Rio de Janeiro deixa de arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão com a "regra discriminatória" que determina o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de petróleo e energia no estado de destino. A medida proposta, portanto, compensaria os estados produtores por essa perda de arrecadação.

Já a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) começa a discutir na quarta-feira



Presidida por Heráclito Fortes, Comissão de Infra-Estrutura se reúne nesta terça-feira

critérios que nortearão a avaliação dos nomes propostos para o Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo controle externo do Judiciário.

O colegiado deve ser instalado até 8 de junho, conforme emenda constitucional promulgada em dezembro passado.

Os senadores José Jorge (PFL-PE), Demostenes Torres (PFL-GO) e Jefferson Péres (PDT-AM) foram encarregados de apresentar proposta em torno do assunto.

da Justiça, Ricardo Morishita, o coordenador executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Sezifredo Paz, além da assessora jurídica do Procon-DF, Alessandra de Almeida Camargos.

18h30 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Sudene - O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), relator da proposta que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), fala sobre o projeto (PLC 53/04).

QUARTA-FEIRA

10h - AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Reforma agrária - O colegiado ouve o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que fala sobre as ações de reforma agrária realizadas na Amazônia.

10h - CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Reforma do Judiciário - A CCJ analisa minuta de proposição sobre os critérios e as regras para avaliação de nomes propostos para o Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle do Poder Judiciário criado pela reforma aprovada pelo Congresso no ano passado.

Orçamento impositivo - Serão discutidas as emendas de Plenário oferecidas pelos senadores à proposta do orçamento impositivo (PEC 22/00). O texto obriga o Executivo a seguir a lei orçamentária aprovada pelo Congresso.

Rodrigues da Fonseca e de Manoel Rangel Neto para a diretoria da Agência Nacional de Cinema. Os indicados serão sabatinados pelos parlamentares. **Autor:** Poder Executivo.

Magistério - Proposta em análise pela comissão garante vagas nos cursos de graduação para os professores da rede pública que não tenham nível superior. **Autor:** senador Cristovam Buarque (PT-DF). Relator: senador César Borges (PFL-BA).

Radiodifusão - A comissão discute ainda 56 projetos de decreto legislativo que tratam da outorga ou renovação da concessão para a exploração de radiodifusão.

14h30 - SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Indicação - O colegiado analisa a recondução de Noboru Ofugi à diretoria da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). **Autor:** Executivo. **Relator:** senador Marco Maciel (PFL-PE).

11h30 - MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE



Defesa do consumidor - Os parlamentares discutem a nova atribuição da comissão, que passa a opinar sobre assuntos relacionados à defesa do consumidor. Foram convidados para a audiência o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério

Senado vai decidir se acata mudanças na PEC Paralela

O Senado deverá analisar nas próximas semanas as alterações realizadas pela Câmara dos Deputados na proposta de emenda à Constituição (PEC 227/04) conhecida como PEC Paralela, aprovada na última quarta-feira (16) depois de um ano de tramitação.

Entre as mudanças incluídas pela Câmara está a que inclui delegados de polícia, advogados, fiscais tributários do Distrito Federal e dos estados no subteto de 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A PEC Paralela originou-se no Senado, a partir de medidas polêmicas que foram retiradas da reforma da Previdência porque, na época, não havia acordo para votação. O texto restabelece a paridade entre os servidores da ativa e os aposentados, desde que cumpridas exigências como o cumprimento de, no mínimo, 20 anos de serviço público. Outro

dispositivo favorece o servidor que começou a trabalhar cedo, reduzindo em um ano a idade de aposentadoria para cada ano trabalhado além dos 30 (mulheres) e 35 anos (homens) regulares. Também prevê a aposentadoria em regime especial, atendendo principalmente às donas-de-casa, que poderão se aposentar recebendo um salário mínimo como benefício.

O senador Paulo Paim (PT-RS) cobrou a imediata aprovação da matéria pelo Plenário do Senado. Ele aplaudiu a decisão da Câmara e disse achar necessário que os senadores

não façam novas alterações ao que foi aprovado, de forma a encurtar os prazos regimentais para rápida aprovação do texto. Entretanto, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), declarou que o acordo para votação inclui apenas o contido no texto original do Senado, não se aplicando às mudanças feitas pela Câmara.

Governo não se compromete com a aprovação das mudanças feitas pelos deputados

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h: sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h: Sessão deliberativa

MP do Microcrédito - O projeto de conversão (PLV 1/05) originado da Medida Provisória 226/04 cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares. Os recursos do programa serão provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de parte dos depósitos à vista dos bancos. O texto tranca a pauta de votações da Casa desde a semana passada. **Autor:** Poder Executivo.

Novas MPs - Durante a semana, duas novas MPs podem chegar ao Senado. A primeira é a MP 227/04, que trata da produção e importação de biodiesel, determina as alíquotas de PIS/Pasep e da Cofins incidentes nas vendas realizadas e dispõe sobre a adição do biodiesel ao óleo diesel em veículos e motores de unidades estacionárias, a fim de reduzir a emissão dos gases gera-

dores de efeito estufa. A segunda trata do segredo dos documentos sigilosos e cria uma comissão interministerial para avaliar se tais papéis ameaçam a soberania nacional e, por isso, devem ser mantidos em segredo depois de vencido o prazo estabelecido na legislação (MP 228/04).

Por ter vencido o prazo constitucional de análise, a MP tem

prioridade na votação a partir do momento em que é lida.

Os itens a seguir só podem ser examinados depois da votação da MP do Microcrédito, que tranca a pauta de votações:

Educação gratuita - Os parlamentares podem discutir, em primeiro turno, a proposta que obriga o Estado a garantir educação gratuita e compulsória nas creches e pré-escolas para as crianças de zero a seis anos (PEC 40/03). **Autor:** senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e outros. **Relator:** senador Tião Viana (PT-AC).

Águas subterrâneas - Também está em discussão proposta de emenda à Constituição (PEC 43/00) que define como bens da União os lagos, rios e correntes de águas em terrenos da União, ou que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais. **Autor:** o então senador Júlio Eduardo (PT-AC). **Relator:** o então senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

QUARTA-FEIRA

14h: Sessão deliberativa

Agenda em aberto - A pauta depende da votação da Medida Provisória 225/04, que tranca a pauta da sessão de terça-feira. Caso seja votada, os senadores podem discutir os demais itens da pauta.

QUINTA/SEXTA-FEIRA

Não haverá sessão.

MEDIDA PROVISÓRIA Presidente do Banco Popular do Brasil explicará programa na Comissão de Assuntos Econômicos

Microcrédito pode ser votado nesta terça



Para desobstruir a pauta de votações do Senado esta semana, o governo federal precisará convencer a oposição de que a medida provisória (MP) que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado foi bem discutida no Congresso Nacional e que o novo texto do projeto de conversão assegura êxito aos financiamentos para os microempreendedores pobres do país.

O teste será na audiência pública acertada entre a liderança do governo e o PSDB para esta terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com o presidente do Banco Popular do Brasil (BPB), Ivan Guimarães. A comissão, que se reúne a partir das 10h, deve votar o requerimento do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) em que ele solicita o comparecimento de Guimarães para realizar, em seguida, a audiência, como aconteceu na semana passada com o secretário-executivo do grupo de trabalho interministerial de Microfinanças e Microcrédito, Gilson Bittencourt.

Algumas dúvidas levantadas

por Jereissati prometem movimentar os debates. A mais relevante é sobre a própria necessidade de criação do BPB em 2003, uma subsidiária do Banco do Brasil instituída por meio de medida provisória.

– Descobriu-se que o Banco Popular não faz microcrédito e que apresentou um prejuízo fantástico da ordem de R\$ 20 milhões – critica Jereissati.

A diferença, diz o senador, é que o microcrédito atende a pequena produção, enquanto o Banco Popular do Brasil dedicou-se ao crédito popular ao consumidor, a exemplo das Casas Bahia e da Caixa Econômica Federal.

– Só agora, com essa MP 226, o BPB vai fazer microcrédito – argumenta o parlamentar, defensor do crédito aos microempreendedores e de discussão profunda sobre o programa, que não pode, na visão dele, ser feita em prazo exíguo e por meio de medida provisória.

Banco conta com 5 mil pontos de atendimento

A opção inicial do governo foi a chamada “bancaização”,

no jargão do mercado. Ou seja, alcançar a população de baixa renda que não tem acesso a serviços bancários. Para tanto, editou uma MP, transformada na Lei 10.735/03, que direcionou 2% dos depósitos à vista nos bancos para operações de crédito popular e microcrédito produtivo.

– O crédito no Brasil é caro. Seu volume corresponde a apenas 23% do produto interno bruto, em outros países supera 100% do PIB – diz o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

O governo tem interesse, segundo o líder, em debater a experiência do BPB, que em

apenas oito meses de operação efetiva possibilitou acesso bancário a cerca de 1,35 milhão de brasileiros, com operações de R\$ 62 em média, utilizando mais de 5 mil pontos de atendimento no país, incluindo padarias e outras microempresas.

– O gasto com toda essa estrutura foi basicamente em publicidade, para que a população soubesse que tem direito a ter conta em banco e crédito – justifica Mercadante.

Tasso Jereissati critica a adoção do programa por meio de medida provisória



MÁRCIA GOUTHIER/AGÊNCIA SEBRAE

MP que bloqueia ordem do dia do Senado cria programa de crédito para microempreendedores pobres do país

Financiamento com juros limitados a 2% ao mês

(contratos e valores efetivados de agosto de 2003 a 28 de fevereiro de 2005)

Instituição financeira (IF)	Número de contratos	Valores (em R\$ 1.000)
CEF (1)	1.621.333	362.944
Banco Popular do Brasil	431.000	35.000
Banco do Brasil (2)	907.000	393.000
Basa (3)	18.597	10.063
BNB (4)	304.608	222.086
Bradesco (3)	1.172.399	608.724
TOTAL	4.454.937	1.631.817

Fonte: Informações dos respectivos bancos

(1) Refere-se a operações de Crédito CAIXA AQUÍ (Rotativo) e Micropenhor

(2) Crédito Benefício (207 mil operações) e Crédito Pronto (700 mil operações)

(3) Dados de 31/12/04

(4) Inclui recursos aplicados no Crediamigo com esta fonte a uma taxa de 2% ao mês

Obs.: os dados de outras IFs não foram levantados, apesar de existirem DIM dessas instituições para as IFs da tabela

Relatora poderá ampliar instituições autorizadas a intermediar repasses

Novo texto ao projeto de conversão da MP 226/04 será submetido à relatora Ideli Salvatti (PT-SC) nesta segunda-feira. Só o Ministério do Trabalho encaminhou seis sugestões, entre elas a que inclui os bancos cooperativos e as centrais de cooperativa de crédito no rol de intermediários no repasse de recursos para as operadoras de microcrédito, como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) e as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs).

Se aceita essa modificação, serão quatro instituições autorizadas a operar com esses repasses (a MP prevê as agências de fomento e as cooperativas singulares de crédito). Houve também avanços nos en-

tendimentos entre as assessorias técnicas do governo e a do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), depois de reuniões na quinta e sexta-feira da semana passada.

O governo aceitou ampliar, como pediu Jereissati, o controle sobre as Oscips e as SCMs, exigindo maior detalhamento dos requisitos para habilitar instituições de microcrédito produtivo que atuarão no programa. Outras duas questões levantadas pelo senador ainda dependem de acordo: redução do limite de enquadramento dos tomadores, estabelecido pela MP em até R\$ 60 mil de renda bruta anual, para evitar financiamentos aos mais capitalizados, e impedimento às agências de fomento no atendimento aos clientes.

Melhor exemplo vem de Bangladesh

A primeira iniciativa de que se tem notícia sobre concessão de microcrédito é de 1846, no sul da Alemanha, com a Associação do Pão, criada por um pastor para socorrer fazendeiros explorados por agiotas depois de rigoroso inverno. A associação cresceu e transformou-se em cooperativa de crédito para a população pobre.

Outras iniciativas surgiram em vários países, como as Caixas Populares, no Canadá, em 1900, e os fundos de ajuda, em 1953, nos Estados Unidos. Mas foi a experiência bem-sucedida em Bangladesh, em 1976, quando o professor Muhammad Yunus emprestou pequenas quantias para resgatar dos agiotas empreendedores pobres de vilarejos próximos à universidade onde lecionava, que revolucionou o microcré-

dito no mundo.

Fundado em 1978, o Grameen Bank possui um patrimônio estimado em US\$ 1 bilhão e cerca de 2,4 milhões de clientes. Já conseguiu financiar 75% das famílias pobres de Bangladesh, com uma taxa média de inadimplência de 5%, conforme dados da entrevista de Yunus ao jornal *Valor Econômico*, no início deste ano.

Com procedimentos simples, financiamentos de baixo valor (US\$ 50 a US\$ 500), para geração de emprego e renda, e um sistema de aval solidário nos pequenos grupos formados nas comunidades, liderados principalmente por mulheres (cerca de 85% dos tomadores), o Grameen Bank

está presente em mais de 48 mil vilarejos de um dos países mais pobres do mundo. Segundo o banco, os tomadores conseguem vencer a linha de pobreza no décimo contrato e um terço dos seus clientes já ultrapassou esse limiar.

Procedimento simples, crédito de pequeno valor e baixa inadimplência

Há experiências importantes na América do Sul que estão servindo de referência ao Brasil. A principal delas, segundo Bittencourt, é a da Bolívia, com o Bancosol criado em 1986 para atender vendedores urbanos. O banco opera por meio de agentes que visitam os clientes e avaliam os projetos, oferecendo financiamento médio de US\$ 500. A inadimplência é semelhante à do Grameen Bank.

Governo autoriza recursos do FAT para empréstimos

O governo reconhece que foi pequena a concessão de crédito aos microempreendedores. Levantamento apresentado na CAE pelo secretário-executivo do grupo interministerial de Microcrédito, Gilson Bittencourt, mostrou que dos 4,038 milhões de contratos até final de 2004, apenas 360,4 mil foram para essa clientela. A maioria (3,67 milhões) foi para crédito popular.

Por essa razão, e por apelo das instituições de microcrédito, o governo resolveu editar a MP 226/04, que, além dos depósitos à vista dos bancos, destina recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para pessoas físicas e jurídicas com faturamento bruto anual

de até R\$ 60 mil.

Os limites de empréstimo são de até R\$ 5 mil para recursos do FAT e até R\$ 1 mil quando for de depósitos à vista. Os juros serão mais altos que os 2% do crédito popular, mas não ultrapassarão 4% ao mês.

Serão permitidas operações sem garantias reais, que poderão ser substituídas pelo sistema de aval solidário para grupos de no mínimo três participantes, alienação fiduciária, fiança e outras garantias aceitas pelas instituições de microcrédito. Haverá um comitê interministerial, coordenado pelo Ministério do Trabalho, para implementar o programa.

VIOLÊNCIA

CPI deve investigar entidades ligadas ao MST



A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra vai solicitar ao Ministério Público de São Paulo a transferência, ao colegiado, dos dados obtidos com a quebra de sigilo bancário da Cooperativa dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema (Cocamp), uma das que dão sustentação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). De acordo com o

presidente da comissão, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), serão votados requerimentos pedindo a quebra de sigilo bancário de duas outras entidades ligadas ao movimento: o Iterra e a Anca. O parlamentar explicou que, como o Ministério Público já tomou a iniciativa no caso da Cocamp, não haverá necessidade de a CPI adotar esse procedimento.

– A CPI não pode ficar omissa em relação aos indícios de irregularidades envolvendo a aplicação de recursos por essas entidades – justificou.

Alvaro Dias visitou na última quinta-feira a região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, em companhia do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e dos deputados Abelardo Lupion (PFL-PR), Onyx Lorenzoni (PFL-RS), João Alfredo (PT-CE), Adão Preto (PT-RS) e Luis Carlos Heinze (PP-RS).

– Se após as investigações pela CPI ficar comprovado que as denúncias não eram procedentes,

não teremos dúvida em oferecer um atestado de boa conduta aos responsáveis pelas cooperativas – afirmou o presidente da comissão.

A visita ao Pontal do Paranapanema, de acordo com Alvaro Dias, deixou ainda mais visíveis os problemas e as visões antagônicas que marcam a questão fundiária no país. Posturas ideológicas que dividem os que defendem a reforma agrária a qualquer preço, os que a defendem de forma ordenada e aqueles que preferem apostar na produção em larga escala, na opinião do senador, “dificultam o consenso” sobre soluções para reordenar o sistema fundiário no país.

No caso do Pontal do Paranapanema, o senador ressaltou que o estado de São Paulo está trabalhando para legalizar a área, onde 6 mil famílias já foram assentadas.

– Isso mostra o esforço do governo estadual, mas acredito que para se obter melhores resultados deveria haver melhor integração entre as instâncias federal e estadual – acrescentou.



Alvaro Dias argumenta que colegiado não pode se omitir em relação a indícios de irregularidades no MST

Fazendeiro será ouvido na próxima reunião

Falando sobre a ausência, na audiência de quinta-feira, do fazendeiro Manoel Domingos Paes Neto, que está sendo investigado por tentativa de homicídio contra membros do MST, Alvaro Dias informou que ele deverá ser ouvido na próxima reunião da CPI. O não-comparecimento implicará condução coercitiva, por força policial, disse o senador.

Na audiência, o primeiro depoimento seria de José Rainha, mas, como ele se atrasou, houve inversão da pauta, e foi ouvido o geógrafo e professor Bernardo Mançano Fernandes, da Universidade do Estado de São Paulo

(Unesp), especialista na questão agrária do Pontal do Paranapanema. Segundo afirmou, a qualidade de vida melhorou na região, depois dos assentamentos. Durante o depoimento de José Rainha, o deputado Onyx Lorenzoni questionou se tinha fundamento a acusação de desvio de dinheiro da Cocamp e se ele autorizava a quebra dos seus sigilos bancário e fiscal. O líder do MST negou a acusação e recusou a quebra de sigilo.

Rainha disse que iria ouvir a direção do MST para decidir se concorda ou não com a proposta do deputado gaúcho. Ao falar

sobre a ocupação de terra no Pontal, explicou que a região não começou a ser invadida, como se propala, nos anos 90, mas antes disso, quando começou o desmatamento do Parque Municipal. Segundo Rainha, 6 mil famílias estão assentadas na área e produzem 28% da mandioca da região e 60 mil litros de leite, diariamente. Garantiu que não há violência no Pontal e elogiou a ação da Polícia Militar nos casos de cumprimento de mandados de desocupação. O líder dos sem-terra também considerou boa a qualidade de vida dos assentados.

Ana Júlia quer fim da impunidade no Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), presidente da comissão externa do Senado que acompanha as investigações sobre o assassinato da missionária Dorothy Stang, disse que federalização do processo “não pode tirar o foco das investigações, até que se chegue aos mandantes e a todos os interessados na morte da freira”.

Com a prorrogação por dez dias da comissão (até o dia 29), ela espera que apareçam novos dados que possam esclarecer o caso. “Não basta julgar apenas os que confessaram o crime, porque eles foram orientados por pessoas que tentam impedir que o crime seja esclarecido em toda a sua extensão”.

Ana Júlia antecipou que a comissão já traçou as principais linhas do relatório, que será apresentado.

– Vamos reforçar a necessidade da continuidade de programas do governo federal no Pará, como o georreferenciamento de propriedades e implantação de projetos de assentamentos voltados para o desenvolvimento

sustentável, como também a criação de uma vara federal de Justiça em Altamira e, ainda, que as polícias Federal e a estadual possam atuar enquanto o crime não for elucidado.

De acordo com a senadora, “o grande desafio da comissão externa é cobrar do Judiciário e da polícia a elucidação do crime,

e, do governo, a adoção de medidas para enfrentar a situação fundiária no Pará”.

ONU denuncia degradação em MT

A situação precária de famílias em áreas rurais em Mato Grosso, como quilombolas, índios e sem-terra, denunciada pela Relatoria Nacional do Direito Humano da Organização das Nações Unidas (ONU), motivou pedido de Serys Slhessarenko (PT-MT) ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que sejam adotadas medidas urgentes para a regularização da posse da terra em Mato Grosso.

Serys Slhessarenko acrescentou que o documento constatou “o alto índice de degradação ambiental e de violações dos direitos humanos dos grupos pesquisados.”

Proibição da venda de arma será aprovada, diz enquete

Uma enquete realizada pela Data Senado, na última segunda-feira, constatou que a proibição de venda de armas seria aprovada por larga maioria (73%) das pessoas pesquisadas, se o referendo popular tivesse sido realizado naquele dia. Foram registradas as opiniões de 154 pessoas que, ao ligarem para o serviço Alô Senado em busca de informações sobre o funcionamento da Casa, se dispuseram a responder a perguntas sobre desarmamento.

Um alto percentual – 84% – sabia da aprovação pelo Congresso Nacional da proibição de venda de armas aos cidadãos, proposta de iniciativa do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), atual presidente do Sena-

do. No entanto, apenas 49% tinham conhecimento de que foi autorizada a realização de referendo para que os cidadãos se posicionem sobre a decisão do Legislativo. A consulta popular pode ocorrer no primeiro domingo de outubro.

A enquete mostrou também que 71% dos entrevistados estão convencidos de que o porte de armas traz riscos à segurança do cidadão, enquanto 56% estão conscientes de que a proibição contribuiria para diminuir, mas não para acabar com a violência e a criminalidade. Mais da metade – 66% – acha que a criminalidade está aumentando em sua cidade, e aponta as drogas como principal ameaça aos jovens.



Milhares de armas entregues por cidadãos em resposta à Campanha do Desarmamento foram destruídas em Brasília

Renan pede mobilização para garantir o referendo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu que a sociedade se mantenha mobilizada para garantir a realização, no primeiro domingo de outubro, do referendo sobre a proibição da venda de armas de fogo no país. A convocação do referendo, prevista no Estatuto do Desarmamento, será feita por meio de projeto de decreto legislativo, já aprovado pelo Senado e agora em tramitação na Câmara dos Deputados.

– A aprovação do estatuto foi um importante passo dado pela sociedade brasileira na direção de sua vocação maior, que é a paz. Mas a eficácia do estatuto depende da realização do referendo – recordou Renan durante o Seminário Internacional sobre Regulamentação da Posse e do Uso de Armas Pequenas por Civis, realizado na quarta-feira no Rio de Janeiro.

Ele observou que a palavra final a respeito do decreto legislativo caberá ao Senado,

onde ocorreu a primeira votação da matéria. Mesmo que os deputados decidam alterar a proposta, para incluir novas perguntas no referendo, disse, os senadores poderão manter a redação inicial.

Na opinião do presidente do Senado, a inclusão de outras perguntas no primeiro referendo da história do país poderá enfraquecer a iniciativa. “Temos que fazer este primeiro, sobre a comercialização de armas, para fortalecer a hipótese de consultas à população.”

Ministro assegura o empenho do governo

Segundo o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que também participou do evento, o governo está “integralmente empenhado” na realização do referendo. O período que antecede a consulta, disse ele, deverá ser como uma “grande campanha política” a favor do desarmamento.

DÍVIDAS MUNICIPAIS

Palocci e Marta são chamados a esclarecer empréstimo a São Paulo



O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy virão ao Senado dar explicações sobre o aditivo contratual que a prefeitura de São Paulo assinou no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz) em fevereiro de 2004. A audiência com essas e outras autoridades é apenas uma das iniciativas tomadas pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Luiz

Otávio (PMDB-PA), para tentar reunir informações suficientes a fim de esclarecer o imbróglio que fez com que o financiamento para a modernização do sistema de iluminação pública se tornasse uma operação passível de ser classificada de crime de responsabilidade fiscal.

Em ofício enviado ao Senado em 27 de dezembro do ano passado, Palocci diz que a prefeitura teria realizado operação de crédito sem a observância de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Resolução do Senado 43/01. Já a equipe da ex-

prefeita, como salientou o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), interpreta que o aditivo contratual assinado não configura operação de crédito e, por isso, não necessitaria de autorização prévia do Ministério da Fazenda ou do Senado.

Numa tentativa de resolver o problema de São Paulo e de outros dez municípios, incluindo Salvador, Rio de Janeiro e Campinas (SP), o governo editou, em 27 de janeiro passado, medida provisória (MP 237/05) que, entre outros assuntos, legaliza todas as operações do Reluz



Ex-prefeita Marta Suplicy



Ministro Antonio Palocci

firmadas entre municípios, concessionárias de energia elétrica e a Eletrobrás, desde o lançamento do programa em 2000. A medida beneficiou inclusive cidades cujo nível de endividamento tenha extrapolado os limites fixados pela Resolução 43/01. Às dúvidas quanto a regularidade da operação de São Paulo passaram a somar-se questionamentos quanto à constitucionalidade da MP.

– Defendo a questão conceitual

de que, para qualquer administrador público, a prerrogativa do Senado não pode ser colocada de lado. Se a lei prevê a necessidade da autorização, deve ser cumprida. Temos que solucionar esse problema – afirmou Luiz Otávio ao **Jornal do Senado**.

Além de Palocci e Marta, Luiz Otávio também requereu esclarecimentos dos presidentes da Eletrobrás, Silas Rondeau, e da AES Eletropaulo, José Eduardo Bernini.

Falta de autorização pode ser punida

Até a vinda de Palocci ao Senado, marcada para o dia 29 de março, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) quer esclarecer quais as implicações do descumprimento das determinações legais pela ex-prefeita. Isso porque os administradores públicos que não observarem a lei podem receber sanções, como a aplicação de multas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a ilegitimidade e o enquadramento na Lei de Crimes Fiscais por falta de obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal. Porém, não há penalidade específica para a contratação de empréstimo sem a autorização do Ministério da Fazenda ou do Senado.

Para esclarecer o assunto, Luiz Otávio apresentou dois requerimentos à CAE, um endereçado a Palocci e outro à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que, em última instância, é a responsável pelo Reluz.

A possibilidade de a prefeitura de São Paulo ter firmado aditivo contratual com o Reluz, no valor de R\$ 27 milhões, mesmo depois de ter sido informada sobre a irregularidade do empréstimo pelo



Presidente da CAE, Luiz Otávio é autor de pedido de informações aos ministros da Fazenda e de Minas e Energia sobre o Reluz

Ministério da Fazenda está entre as dúvidas do senador.

– A prefeitura fez alguma consulta prévia ao Ministério da Fazenda a respeito do aditivo contratual? Em caso positivo, quando foi feito esse contato, e qual foi a resposta? Se existe, queremos o parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional, que teria negado a pretensão da prefeitura – questiona o senador.

Luiz Otávio quer saber ainda do Ministério da Fazenda se o aditivo contratual implicou elevação da dívida líquida consoli-

dada do município de São Paulo, bem como o valor total das duas operações de crédito realizadas pela prefeitura no âmbito do Reluz, em 4 de junho de 2003 e em 5 de maio de 2004.

Uma das questões formuladas pelo senador diz respeito à MP 237/05:

“Qual o motivo para que tenha ocorrido um lapso de quase cinco anos entre o lançamento do Reluz e a alteração legal promovida pela MP?”, pergunta o senador a Palocci e a Dilma Rousseff nos requerimentos.

Operações do Reluz já foram regularizadas

Antes de vir à tona o ofício do ministro da Fazenda sobre possíveis irregularidades no contrato entre a prefeitura de São Paulo e o Reluz, os financiamentos tomados por prefeituras para a realização do programa já haviam sido alvo de questionamento, em 2003. A situação só foi resolvida após aprovação da Resolução 19/03, de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), que regularizou as operações realizadas desde a criação do Reluz.

Paim apresentou o projeto depois que prefeitos de seu estado alertaram para o fato de estarem em situação irregular junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por terem efetuado empréstimos do Reluz, até mesmo incentivados pelo governo, no enfrentamento emergencial do

apagão em 2001. Os prefeitos e a STN só se deram conta do problema quando foram negadas novas autorizações para empréstimos pelas irregularidades nos contratos com o Reluz.

A própria STN negociou os termos do projeto de forma a excluir as operações do Reluz dos limites de endividamentos definidos no artigo 7º da Resolução 43/01

do Senado. Até então, apenas empréstimos do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou para a modernização da máquina administrativa ficavam fora

desse cálculo. Além disso, como mais de 2 mil prefeituras estavam nessa situação, a Resolução 19/03 ainda regularizou as operações realizadas até então.

Um ano e dois meses depois de aprovada a resolução do Senado, o governo editou a MP 237/05, excluindo as operações do Reluz da vedação de novos empréstimos após a renegociação das dívidas dos municípios, assumidas pelo governo federal. Ou seja, o efeito da MP é análogo ao da Resolução 19/03 e abre ainda a possibilidade de municípios que tenham extrapolado os limites de endividamento contratarem as operações de crédito do Reluz.

Resolução de 2003 legalizou os contratos de mais de 2 mil prefeituras

Luiz Otávio critica MP que legaliza financiamentos

Relator do ofício do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que informa o Senado sobre a realização de operação de crédito irregularmente pela prefeitura de São Paulo, o senador Luiz Otávio criticou a Medida Provisória 237/05, que legaliza o contrato assinado pela então prefeita Marta Suplicy. Além de São Paulo, outras prefeituras seriam beneficiadas pela MP.

O senador comentou que a constitucionalidade da medida está sendo questionada, já que entraria na esfera de competência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é uma lei complementar, de hierarquia superior. Ele citou ainda que a MP pode isentar de culpabilidade administradores públicos sujeitos à Lei de Crimes Fiscais. Então, ainda que indiretamente, por se tratar de matéria penal, não poderia haver medida provisória sobre o assunto.

Por fim, o presidente da CAE observou que a MP trata da compensação da desoneração

das exportações pelos estados e municípios. Por ser um assunto favorável a estados e municípios, que receberiam R\$ 900 milhões do Orçamento de 2005 para compensar perdas de arrecadação, a MP traz embutido um único artigo que permite a realização de operações de crédito no âmbito do Reluz.

“A introdução de dispositivo estranho ao restante do texto não é permitida”, destaca Luiz Otávio.

Outra dúvida é que a MP altera a Medida Provisória 2.185-35/01, que definiu as regras para a renegociação das dívidas dos municípios e a conseqüente assunção pelo governo federal. Aquela MP, de 27 de agosto de 2001, estabeleceu que municípios que renegociassem suas dívidas não poderiam tomar novos empréstimos.

Ao incluir as operações do Reluz entre as exceções, a MP 237/05 retroagiu a junho de 2000, data anterior à MP 2.185, o que também é questionado.

O que é o Reluz

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz) foi criado em junho de 2000 e tem como meta trocar, até 2010, 9,5 milhões de pontos de luz e instalar outros 3 milhões em municípios brasileiros, abrangendo 77% do potencial de conservação de energia da rede nacional de iluminação pública. Para tanto, até o final do programa, a Eletrobrás vai investir R\$ 2 bilhões.

Com a substituição de lâmpadas de alto consumo por outras de baixo consumo, mais eficientes, os municípios poderão poupar cerca de R\$ 340 milhões por ano. A economia de energia com o Reluz (540 mil quilowatts) seria equivalente ao consumo anual de iluminação pública das regiões Norte e Nordeste ou à potência da usina nuclear de Angra I.

Pelo programa, as concessionárias de energia elétrica (distribuidoras, transmissoras e geradoras) devem adaptar sua iluminação a padrões de eficiência mais econômicos. O financiamento da Eletrobrás corresponde a 75% do valor total do projeto e o restante corresponde a contrapartidas das concessionárias e das prefeituras. O Reluz tem ainda o apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, já que uma iluminação pública eficiente é importante na prevenção da violência urbana.

Fonte: Eletrobrás

AUDIÊNCIA PÚBLICA Representantes do governo, Idec e Procon analisam nesta terça as principais queixas da população

Senado discute direitos do consumidor



A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle realiza

amanhã audiência pública para tratar de assuntos atinentes à defesa do consumidor.

Serão ouvidos o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (Ministério da Justiça), Ricardo Morishita; o coordenador-executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Sezifredo Paz, e a assessora jurídica do Procon-DF, Alessandra Camargos.

Nos cinco anos de existência do Idec, um dos mais atuantes organismos não-governamentais do segmento no país, as principais reclamações dos consumidores sempre estiverem vinculadas a

serviços públicos ou a setores cuja fiscalização compete às agências reguladoras federais. As consultas feitas pelo público ao Idec ficaram concentradas no setor de serviços. O campeão é o setor dos planos de saúde, com 16,9% das 32.509 consultas registradas pela instituição em 2004, seguidos pela telefonia e pelos bancos.

A constatação é de que os setores mais problemáticos são justamente aqueles regulados por agências do governo como a ANS (saúde suplementar), Anatel (telecomunicações), Aneel (energia) e Banco Central. "Não é à toa que essas agências governamentais têm, repetidamente, obtido notas baixas de desempenho nas avaliações do Idec", comentou Marcos Diegues, gerente jurídico do Idec.



ROQUE DE SA

O atendimento aos direitos do consumidor é o principal objetivo da audiência a ser realizada nesta terça pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

PLANOS DE SAÚDE

Na opinião de advogados especializados, muitos consumidores sofrem problemas com planos de saúde porque a legislação é confusa e algumas operadoras não respeitam a regulamentação do setor, em especial questões como a cobertura de atendimento de urgências e emergências e o não-atendimento de clientes portadores de doenças preexistentes. Segundo a advogada Karina Rodrigues, do Instituto Brasileiro de Defesa do Con-

sumidor (Idec), os planos de saúde lideram o ranking de consultas sobre problemas de associados do organismo nos últimos cinco anos. "Em 2004, as queixas aumentaram 91% devido ao lançamento do Programa de Incentivo à Adaptação de Contratos, o famigerado Piac, apresentado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar", afirmou a advogada. Os planos de saúde somam, em cinco

anos, 16.564 consultas, sendo que o pico foi com 5.493 no ano passado, ou seja, 91% a mais que o ano anterior (2003 fechou com 2.870).



EMPRESAS DE TELEFONIA

A Brasil Telecom GSM liderou o ranking de reclamações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no mês de janeiro, segundo o presidente da agência, Elifaz do Amaral. Os principais motivos de reclamações são problemas com cobrança, atendimento a clientes, cancelamento ou bloqueio das linhas, área de cobertura, reparo e serviços adicionais. A segunda pior empresa em números de reclamação por cada mil clientes foi a Claro, seguida pela TIM, Vivo e Oi, as três com números próximos.

A Anatel pretende fazer um ranking das empresas de telefonia

que recebem o maior número de reclamações dos clientes em relação à qualidade dos serviços. A agência está preocupada com o aumento de reclamações recebidas dos usuários, que dobrou no ano passado em relação a 2003. Em cada grupo de 10 mil ligações feitas pelos usuários para a Anatel, 14 delas eram reclamações em 2003. Esse índice passou para 29 no ano passado, levando a Anatel a cobrar das empresas melhoria dos serviços.

De 2000 a 2004, a telefonia fixa e móvel teve 8.802 consultas, com seu ápice em 2003 (2.293 casos) junto ao Idec. A explicação está

na telefonia fixa, que, naquele ano, sofreu reajuste nas tarifas pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna), quando, para o Idec, o índice deveria ter sido o IPCA (Índice Geral de Preços ao Consumidor), uma vez que os salários não sofrem interferência do dólar. A diferença no aumento autorizado pela Anatel foi de 12,8 pontos percentuais (chegando a 30,04%). "A questão da assinatura básica na telefonia teve um grande apelo popular no ano passado", explicou Maíra Feltrin, advogada do Idec e coordenadora do Serviço de Orientação ao Associado.

BANCOS

Os bancos, que ocuparam o terceiro lugar no ranking por cinco anos consecutivos, têm como principais problemas a alteração unilateral de contratos e a cobrança de tarifas indevidas. "Não raro são lançadas novas tarifas às contas correntes, mesmo tendo o consumidor contratado um pacote de serviços. A alteração unilateral do contrato por parte do banco é patente!", critica Maíra Feltrin, advogada do Idec e coordenadora do Serviço de Orientação ao Associado.

Segundo a Proteste - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (SP), são cada vez mais frequentes vitórias judiciais de clientes contra as práticas bancárias consideradas abusivas. O Unibanco,

por exemplo, foi obrigado a limitar sua cobrança de juros no uso do cheque especial da conta de uma cliente de São Paulo em 4% ao mês. O banco já havia renegociado a dívida da cliente várias vezes, sempre reduzindo os juros, que já ficaram em 8,9%. Nesse período, a capacidade de pagamento da cliente não se alterou, o que levou o juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, da 1ª Vara Cível de São Paulo, a concluir que ela poderia pagar 4% sempre e não apenas em períodos de renegociação.

No setor financeiro, os contratos de leasing de automóvel foram responsáveis pela sua maior demanda em consultas ao Idec em 2000 e 2001, devido à desvalorização do real perante o dólar norte-americano.



TRANSGÊNICOS

As instituições de defesa do consumidor e ambientais defendem a regulamentação do uso de organismos geneticamente modificados (OGMs) - dos quais se originam os produtos transgênicos -, como prevê a Lei de Biossegurança, porém parte da indústria resiste à idéia de informar, nas embalagens, que a mercadoria oferecida foi produzida a partir de OGMs. Para a Proteste, não se pode deter o avanço da ciência, mas é preciso cobrar das autoridades fiscalização efetiva da rotulagem dos produtos transgênicos, para garantir ao consumidor "plena proteção à saúde, liberdade de escolha e direito à informação". A posição é a mesma adotada, por exemplo, pelas filiadas à Euroconsumers, aglomerado de entidades de defesa do consumidor na Europa.

Em carta enviada ao Congres-

so e ao governo, na terça-feira (15), quando se comemorou o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, a Proteste disse que o princípio da precaução está assegurado pela Constituição federal e, por essa razão, "os poderes públicos devem instituir e implementar medidas que garantam a possibilidade de o consumidor se proteger de eventuais riscos ou optar por ingerir ou não alimentos processados com OGMs".

Transgênicos foi o tema eleito para a campanha mundial das entidades filiadas à Consumers Internacional, em 2005. Na quinta-feira (17), em São Paulo, especialistas de vários países do mundo participaram do 3º Seminário de Defesa do Consumidor, organizado pela Proteste, cujo tema foi justamente "Alimentos: o consumidor está seguro?"

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Entra ano, sai ano, e o cenário do crédito imobiliário não se torna menos sombrio. Essa é a constatação da Proteste, que realizou pesquisa nos três últimos anos nos principais bancos em busca das melhores condições para o financiamento da casa própria. Foram identificadas violações aos direitos do consumidor.

- Os custos paralelos do contrato de empréstimo (seguros, por exemplo) nem sempre são apresentados no momento da proposta, mas fazem grande diferença no bolso do cliente.

- Os funcionários de bancos continuam despreparados para atender e orientar o consumidor, porque, em geral, desconhecem os seguros vinculados ao financiamento.

- As instituições bancárias limitam a contratação dos seguros obrigatórios por lei às companhias a eles conveniadas (ou, em muitos casos, empresarialmente associadas), contrariando o Código de Defesa do Consumidor.

- A garantia para os bancos está maior, pois a nova legislação autoriza o uso da alienação



fiduciária em todos os tipos de financiamento (ou seja, só ao final do contrato o imóvel passa de fato para o nome do mutuário).

- As altíssimas taxas de juros sufocam o mutuário.

COMISSÕES

Fim da condicional para crime hediondo é rejeitado

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitaram projeto do senador Hélio Costa (PMDB-MG) que previa o fim da liberdade condicional para condenados em casos de crime hediondo, tornando obrigatório, dessa forma, o cumprimento total da pena.

O projeto (PLS 113/03) revogava o inciso V do art. 83 do Código Penal, que estabelece a possibilidade de concessão de liberdade condicional, pelos juízes, aos que cumpriram mais de dois terços da pena e não reincidiram no crime.



Hélio Costa: é inaceitável que a legislação seja benevolente com autores desses delitos

Ficou acertado que a CCJ vai procurar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), para tentar encontrar uma alternativa de equilíbrio entre os institutos da liberdade condicional e da chamada progressividade de penas para crimes considerados hediondos, assunto que também está em discussão naquela corte, segundo o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), manifestou-se contrário ao projeto, por entender que o ser humano deve ter o pleno direito do acesso à liberdade condicional, que faz parte do processo de ressocialização do infrator.

Hélio Costa não concordou e observou que a proposta tem por meta modernizar a lei no sentido de tornar mais rígidas as penalidades para quem cometer crime hediondo. Países europeus, informou o senador, já estão adotando a prisão perpétua até para estupro, razão pela qual não aceita que a legislação brasileira seja benevolente com criminosos que pratiquem crimes hediondos.

Educação aprova Estatuto da Igualdade Racial

A Comissão de Educação aprovou projeto (PLS 213/03) que institui o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). A proposta tem como objetivos combater a discriminação e as desigualdades raciais, bem como incluir a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

Pelo projeto, ficam criados numerosos instrumentos de combate às desigualdades, em especial o Fundo de Igualdade Racial. O estatuto prevê a implantação de um sistema de cotas que reserva aos afro-brasileiros 20% dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores

(DAS) e das vagas em universidades públicas e privadas.

Paulo Paim disse que a aprovação do estatuto foi “o melhor presente de aniversário” (completou 55 anos na terça-feira). Ele lembrou que a proposta já tramita no Congresso Nacional há mais de dez anos e representa um passo decisivo para dar, à população afro-brasileira, “a verdadeira carta de alforria que até hoje não recebeu”.

A proposta, já aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, segue para a de Assuntos Sociais e, finalmente, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual caberá decisão terminativa, que dispensa votação em Plenário.

Senadores discutem com líderes indígenas situação em MS

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizou a terceira audiência para discutir a morte de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul, com a presença de lideranças indígenas. O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), presidente do colegiado, defendeu a integração das ações do governo em favor dos índios.

Para os capitães da aldeia Jaguarpirú de Dourados, Hélio Nimbu, e da Aldeia Bororo, Luciano Arévalos, as lideranças estão preocupadas com a sobrevivência de uma população de 11 mil indígenas numa área tão pequena como a que ocupam no município.

Jeremias Tsibodowapre, do conselho do Instituto de Tradi-

ções Indígenas, sugeriu a criação de uma representação dos indígenas e pediu a aprovação do Estatuto do Índio.

O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, Hilário Silva, índio kadiwéu, esclareceu que a Funasa não tem função de fornecer alimentos, e vem buscando entender o aumento da mortalidade infantil, que subiu de 48 para cada mil crianças nascidas para 60 mortes por mil nascituros.

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu um debate sobre o Estatuto do Índio. A comissão aprovou pedido de audiência com Adair Gonçalves, David de Oliveira Terena e a pecuarista Roseli Ruiz.

Abin nega autoria de documento sobre as Farc

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva, garantiram à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência que os documentos que atestariam ligações do PT com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) não foram produzidos pela Abin. Fornecidos à imprensa pelo deputado Alberto Fraga (PTB-DF), os documentos deram base

a reportagens na revista *Veja* e a noticiários nas emissoras de televisão Globo e Record.

O general apresentou o único documento oficial da Abin sobre o tema: um relatório de duas páginas que, informou ele, foi arquivado por não apresentar qualquer prova das afirmações nele contidas e, portanto, não merecer crédito. O relatório registrava o boato de que as Farc teriam oferecido US\$ 5 milhões ao PT como ajuda nas eleições presidenciais.

– Claro que a Abin acompanha



General Félix (C) e Lima e Silva (E) prestaram informações à Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, presidida por Cristovam Buarque

todas as atividades das Farc, é da sua natureza, mas, neste caso específico, não há idoneidade, não há confirmação, e portanto a documentação foi arquivada – disse o general.

Já o delegado Lima e Silva disse que todo documento produzido pela Abin é resultado de coleta, processamento e análise, e as informações vêm de várias fontes. Quando chegam à agência, segundo ele, são redigidas em forma de documento interno, de acordo com manual de redação e estilo, com características peculia-

res, tipo de letra, locais precisos no papel para colocação da data e logomarca.

– Eu posso garantir que os documentos apresentados pelo deputado Alberto Fraga na televisão não são da Abin, fogem inteiramente às características do nosso padrão interno de texto e estilo. Há erros de grafia e de digitação.

O deputado Alberto Fraga assegurou que os documentos que apresentou à imprensa são autênticos e lhe foram passados por dois agentes da Abin.

Assunto será retomado em reunião fechada

No encerramento da audiência com o general Jorge Armando Félix e com o diretor-geral da Abin, o presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, senador Cristovam Buarque (PT-DF), acatou sugestão de marcar uma nova reunião, dessa vez sigilosa. O general, em resposta ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), que quis saber se houve “encontros políticos” entre integrantes das Farc e do PT, disse que só poderia dar detalhes em reunião fechada.

De acordo com Jefferson, já é um fato grave que um partido tenha tido reuniões com “uma organização criminosa estrangeira”, aludindo a conexões das Farc com o narcotráfico.

Durante a reunião, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pediu uma CPI para investigar o caso. O líder Aloizio Mercadante (PT-SP), por sua vez, classificou as acu-

sações de “injúria e difamação” e afirmou não haver provas que sustentem a denúncia.

– O que se lê e se vê são pretensos comentários vindos de Mato Grosso, que não citam em que cidade isso teria ocorrido e não citam as fontes. O deputado tem obrigação de mostrar os documentos e apresentar as fontes – disse Mercadante.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) também questionou a veracidade das informações.

– A matéria é o que se chama de cascata, porque a manchete é afirmativa, mas o conteúdo não prova que houve a doação das Farc ao PT – observou Fernando Gabeira.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sugeriu muito cuidado com o assunto, para preservar

o Estado brasileiro. Na opinião dele, seria preferível que os parlamentares visitassem a Abin e verificassem eles próprios os documentos que considerassem importantes.

No entender do deputado Paulo Rocha (PT-PA), a celeuma é uma estratégia da oposição para

Parlamentares querem saber detalhes de investigação sobre as Farc

“antecipar a disputa eleitoral (presidencial) de 2006”. Já o senador Delcídio Amaral (PT-MS) classificou de “surrealista” a situação vivida pelo PT, ao

ter que se defender de uma acusação sem provas. Mesmo sem acreditar que o Partido dos Trabalhadores tenha recebido dinheiro dos guerrilheiros colombianos, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ressaltou a necessidade de esclarecimentos.

Ação policial em áreas de conservação

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM) a projeto de Augusto Botelho (PDT-RR) que garante a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em unidades de conservação e regiões de fronteira do país (PLS 162/04). Já aprovada pela Comissão de Justiça (CCJ), a matéria segue para votação no Plenário.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu urgência na aprovação

do projeto. Segundo Augusto Botelho, a burocracia no acesso policial às áreas de conservação e reservas indígenas motivou a apresentação da proposta.

Outro parecer de Jefferson Péres acolhido pela CRE determinou a rejeição de projeto (PLS 237/04) do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que alterava dispositivo do Estatuto do Desarmamento para permitir a cessão de armas entregues pela população aos órgãos de segurança pública. Para o relator, a

proposta destoava do espírito do estatuto, que prevê a destruição das armas apreendidas pela polícia.

Oito requerimentos também foram aprovados pela CRE. Três deles, de autoria dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Roberto Saturnino (PT-RJ), prevêm a realização de audiência sobre a decisão do governo de reconhecer a China como economia de mercado e seus reflexos sobre as exportações brasileiras.

COMISSÕES

Rodrigues pede apoio para liberar recursos

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, pediu o apoio dos integrantes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para pressionar o Ministério da Fazenda pela liberação de mais R\$ 1 bilhão para operações de crédito destinadas à comercialização da safra agrícola. Rodrigues ressaltou que os R\$ 3 bilhões já autorizados pelo governo não são suficientes para apoiar o setor nesse momento.

O ministro informou que essa é uma das formas que o governo federal tem para ajudar a enfrentar a crise que afeta principalmente cinco culturas: algodão, arroz, milho, soja e trigo. O problema deve-se ao aumento da produção mundial, que derrubou de forma drástica a cotação dessas *commodities*, com exceção do arroz, produto de consumo principalmente interno. No Brasil, os custos de produção cresceram em média 17%, enquanto os produtores estão endividados por terem realizado investimentos elevados nos últimos anos.

Há estimativas, afirmou o ministro, de que, para cada 1 milhão de toneladas a menos colhidos, há uma perda de renda de R\$ 500 milhões.



Ministro Roberto Rodrigues (E), com Flávio Arns e Sérgio Guerra, disse que agricultura vive momento difícil no país

– Se sairmos de 132 milhões para 118 milhões de toneladas, estamos perdendo R\$ 7 bilhões. É uma perda brutal – ressaltou.

Empréstimos deverão ser prorrogados

Para aliviar a crise por que passam essas cinco *commodities*, o governo federal, segundo Roberto Rodrigues, também estuda a prorrogação dos financiamentos. Nos municípios em calamidade pública, todos os contratos terão que ser prorrogados, assegurou. O Banco do Brasil, disse, já tem instrumentos para prorrogar caso a caso os contratos de

custeio que não são passíveis de pagamento. Está sendo examinada ainda alternativa para o caso das cooperativas agrícolas, responsáveis por grande parte dos financiamentos para os produtores.

Mas o cenário para a agricultura brasileira é positivo, segundo o ministro, principalmente na área de produção de biomassa, com os programas de etanol e do biodiesel. Há estudos que indicam também, destacou, que 30 milhões de hectares atualmente ocupados por pastagens poderão ser incorporados à agricultura, em razão da evolução tecnológica no setor de pecuária.

Senadores querem socorro para a seca no Sul

Os senadores Flávio Arns (PT-PR), Pedro Simon (PMDB-RS) e Osmar Dias (PDT-PR) cobraram do ministro Roberto Rodrigues providências do governo para a crise provocada pela seca que atinge a região Sul do país.

– A seca atual é a maior dos últimos 40 anos. Pedi um levantamento para ver a tendência climática da região. O clima muda lentamente – afirmou Rodrigues.

Simon obteve do ministro a garantia de que o governo federal vai cumprir as metas es-

tabelecidas para o Programa de Agricultura Familiar (Pronaf), reservando um valor superior a R\$ 200 milhões para a implantação do programa.

Osmar Dias e Delcídio Amaral (PT-MS) quiseram saber o que o governo planeja fazer com relação à chamada defesa agropecuária. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou o ministro e pediu soluções para o endividamento rural.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse temer que a agricultura familiar se esvazie se não tiver proteção

do ministério, mas o ministro informou que o governo está “trabalhando muito vigorosamente com agricultura familiar por meio do cooperativismo”.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) pediu a Roberto Rodrigues que invista em uma política de preços mínimos de produtos agrícolas que garanta a sobrevivência dos assentamentos rurais, enquanto Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apelou por ajuda para o custeio da safra atual. Já Aelton Freitas (PL-MG) solicitou apoio para o refinanciamento das dívidas dos agricultores do Triângulo Mineiro.

A seca atual é a pior dos últimos 40 anos, informou o ministro

Erradicar aftosa no Pará é prioridade

A erradicação da febre aftosa no Pará foi outro assunto debatido pelo ministro Roberto Rodrigues na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Questionado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ele afirmou que a erradicação é condição essencial para o estado voltar a exportar carne, mas considerou improvável que, até maio do próximo ano, seja possível provar cabalmente a inexistência de aftosa no Pará.

Segundo ele, há uma discrepância de informações que ainda inibe uma posição cristalina de defesa do assunto. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou a verba definida

pelo Ministério da Agricultura para o combate da doença no Pará. O ministro anunciou que o assunto está sendo aprofundado entre técnicos do governo do Pará e técnicos agropecuários.

Para Rodrigues, esse é um dos principais desafios a serem enfrentados pelo Brasil. “É uma cruzada quase que religiosa”, ressaltou.

Flexa Ribeiro abordou também com o ministro a possibilidade de utilização da palma – palmeira oleaginosa comum



Flexa Ribeiro

no Pará – para a produção de biodiesel. O parlamentar observou que o Pará tem 2 milhões de hectares de terras passíveis de serem utilizados para o plantio de palma.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) expôs para o ministro a incongruência de considerar-se trabalho escravo algumas atividades do agronegócio, para quem há interesse internacional em prejudicar a agricultura brasileira atribuindo-lhe a prática de trabalho escravo.

CCJ adia votação sobre o orçamento impositivo

Em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu vista do relatório do senador César Borges (PFL-BA) sobre as emendas do próprio Mercadante à proposta de emenda constitucional (PEC 22/00) que cria o chamado orçamento impositivo.

Atualmente o orçamento apenas autoriza o governo a gastar recursos de determinada forma. A PEC, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), pretende que o orçamento definido pelo Congresso tenha execução obrigatória.

Borges rejeita uma das emendas em seu relatório e o senador paulista pretende negociar a aprovação da matéria com o relator. A emenda em questão prevê que as modificações da PEC sejam implantadas de maneira progressiva, com prazos

a serem fixados em lei complementar. O relatório sobre a PEC já foi aprovado na CCJ e aguarda parecer do Plenário depois que as emendas forem examinadas na comissão.

Na mesma reunião, a CCJ discutiu parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO) favorável a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prorroga o prazo previsto para criação de um número único de registro de identidade civil.

O presidente da comissão, senador Antonio Carlos Magalhães, prometeu levar pessoalmente ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pedido do Senado para que a lei seja cumprida e o documento único seja criado. Apoiaram o projeto os senadores Almeida Lima (PSDB-SE), Romeu Tuma (PFL-SP), João Batista Motta (PMDB-ES) e Maguito Vilela (PMDB-GO).

Bulas poderão ter letra maior

As indústrias poderão ser obrigadas a imprimir as bulas de medicamentos com letras em dimensões que facilitem a leitura por parte dos consumidores. Projeto criando essa exigência foi aprovado pela Comissão



Romeu Tuma

de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo (se não houver recurso para votação em Plenário, seguirá para a avaliação da Câmara).

De autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) e relatado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o projeto tem por objetivo corrigir erros de entendimento por parte dos consumidores quando procuram se informar sobre as características dos

remédios, o que, em muitos casos, pode provocar graves problemas de saúde. Segundo Azeredo, a proposta beneficiará mais os idosos, que, normalmente, sofrem de “vista cansada”.

Outro projeto terminativo aprovado na comissão, de au-

Palocci deverá explicar investimentos no Banco Santos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou requerimento do senador César Borges (PFL-BA) solicitando informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre o valor de todas as aplicações bancárias e compra de ações feitas por empresas estatais e fundos de pensão no Banco Santos, que sofreu intervenção federal no ano passado.

A CCJ já havia aprovado requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) solicitando ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, informações sobre o valor das aplicações feitas pelo Banco do Nordeste e pelas empresas Copel, Sanepar e Itaipu Binacional, e suas respectivas fundações, no Banco Santos.

Comissão de Infra-Estrutura aprova novos diretores do Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou as indicações de Martinho Cândido Velloso dos Santos e de Luziel Reginaldo de Souza para diretores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A matéria será apreciada pelo Plenário do Senado.

Para José Jorge (PFL-PE), a CI não deveria votar as indicações do presidente da República para o Dnit, órgão do Ministério dos Transportes, porque os candidatos, uma vez aprovados, podem deixar seus cargos na semana seguinte, tendo em vista eventuais mudanças na pasta.

O presidente da CI, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), e os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Alberto Silva (PMDB-PI) apontaram a qualidade do currículo dos dois engenheiros.

PLENÁRIO

Crivella lamenta crise na saúde

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) lamentou em Plenário a disputa entre o governo federal e a prefeitura do Rio de Janeiro, na área de saúde, que motivou uma intervenção no município. O senador criticou os gastos do governo com o pagamento da dívida pública em detrimento da aplicação dos recursos na saúde e na educação, e a atitude da prefeitura, que manteve 30% do dinheiro da saúde aplicado no *overnight*, enquanto pessoas morriam nas filas dos hospitais.

Lobão repudia uso de MPs

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que o uso indiscriminado de medidas provisórias (MPs) travam o processo democrático e usurpam o poder do Legislativo. Ele criticou particularmente a MP 232/04, que modifica a legislação tributária, e afirmou que ela dá oportunidade para que o Congresso combata a "hipertrofia" do Executivo. - Cabe-nos reagir com veemência e prontidão à mais tênue ameaça de usurpação do poder que o povo delegou a nós.

Antero: Lula vive conflito

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que o presidente Lula vive um "conflito de personalidade". - Todos aprenderam a admirar o líder sindical que desafiou o regime militar, mas, após dois anos, acho que o Brasil inteiro foi enganado - afirmou. Para Antero, Lula precisa reconhecer que muitos que o acompanharam em toda a sua trajetória estão decepcionados com "esse governo pequeno, de negociatas de varejo com personagens menores da política nacional".

Jonas Pinheiro cobra recursos

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) voltou a pedir ao governo federal mais recursos para melhoria das estradas brasileiras. Ele informou que a "caótica" situação das rodovias é responsável pela perda de cerca de 13% da safra de grãos, como soja, milho, arroz e feijão. Jonas criticou também os constantes aumentos com despesas de fretes (que em algumas regiões atinge R\$ 150 por tonelada) e o crescimento da carga tributária para a agricultura, fatores que, notou, vêm sufocando todo o setor.

Virgílio quer instalar duas CPIs no Senado

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que duas CPIs já podem ser instaladas no Senado: uma para apurar denúncias de corrupção nas privatizações feitas pelo governo passado e outra para investigar a ação de Waldomiro Diniz, ex-funcionário do Palácio do Planalto acusado da prática de corrupção. Waldomiro era subordinado ao ministro da Casa Civil, José Dirceu.

O senador apresentou na semana passada os requerimentos, com 30 assinaturas cada um, para a instalação das comissões, e salientou que seu propósito é investigar amplamente os dois fatos.

- Serão investigadas todas as privatizações, sejam do setor elétrico ou não, além de ser a oportunidade também de passar a limpo o caso Waldomiro Diniz - ressaltou.

Arthur Virgílio acredita que nenhum senador vai retirar sua assinatura dos requerimentos para instalação das CPIs. Segundo o líder do PSDB, são pessoas que firmaram compromisso com as duas iniciativas, restando como próximo passo a



Virgílio assegura que os 30 senadores que assinaram os dois requerimentos querem investigação ampla dos fatos

indicação dos nomes dos membros pelos líderes partidários.

STF julga mandado sobre CPI dos Bingos

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) informou que no dia 7 de abril o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá decidir sobre o mandado de segurança interposto por PSDB, PFL e PDT a favor da instalação de uma CPI no Senado para analisar as denúncias do caso Waldomiro Diniz e a atuação dos bingos no

país. A CPI foi requerida pelos partidos de oposição no início do ano passado.

Bornhausen considera que os ministros do STF já estão bem esclarecidos sobre o assunto e, portanto, não precisam pedir vistas do processo, postergando a decisão. O senador disse esperar que tal possibilidade não venha a ocorrer. "Do contrário", observou, "os ministros, especialmente aqueles indicados pelo governo, poderão ser acusados de engavetadores".

Gastos com servidores vão subir 30,8%

O senador José Jorge (PFL-PE) denunciou que os gastos do governo federal com servidores públicos vão aumentar até o fim deste ano em 30,8%, comparando-se com o dia da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma despesa adicional de R\$ 23,1 bilhões. Ao mesmo tempo, vêm caindo os investimentos em educação (- 64%), habitação (- 55%), segurança (- 42%), transportes (- 35%) e saneamento (- 90%).

Desde que o PT chegou ao governo federal, salientou o senador, 45 mil servidores foram contratados, dos quais 10 mil sem concurso público. José Jorge anunciou os resultados de pesquisa realizada pelo site do PFL na Internet, para saber quais dos 36 ministros deveriam deixar o governo: entre os 90.790 internautas, em dois dias de consulta,



José Jorge diz que, ao mesmo tempo, caem investimentos em saúde, habitação e segurança

o primeiro escolhido é o ministro da Previdência Social, Amir Lando, seguido pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou estar convencido de que a reforma ministerial em nada vai melho-

rar a atuação do governo. Ele disse acreditar que, ao contrário, talvez, até piore. Para Antonio Carlos, o presidente não será peça-chave na escolha dos novos ministros. O senador comparou a disputa pelos ministérios a uma partida de futebol, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se colocou "na reserva" e não no time principal.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), por sua vez, criticou a suposta escolha do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para ocupar a pasta da Saúde.

Segundo a parlamentar alagoana, há no país, inclusive no PT, pessoas ligadas ao setor com as qualificações necessárias para o cargo. Ela lamentou o caráter de "balcão de negócios" das discussões em torno da reforma ministerial.

Garibaldi sugere normas para controlar MPs

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) voltou a criticar o uso excessivo de medidas provisórias (MPs) pelo presidente da República. Para que o processo legislativo não continue a ser "constantemente sobrestado" pelo excesso de MPs, ele defendeu mudanças na Constituição.

- O artigo 62 da Constituição não se tem revelado adequado, porque a limitação ainda frouxa do poder do presidente não tem contido o Poder Executivo, que freqüentemente transborda das exigências constitucionais de

urgência e relevância, de resto critério subjetivo de difícil precisão - disse.

Conforme Garibaldi, as regras sobre a tramitação das MPs no Congresso, igualmente inscritas no artigo 62, não têm dado ao Parlamento a agilidade desejada para acompanhar a deliberação isolada do presidente.

Entre as propostas do senador, destaca-se a limitação do número de MPs que o presidente pode editar em um



Garibaldi Alves

determinado período, ou o estabelecimento de quantas medidas podem tramitar simultaneamente no Congresso, ficando o chefe do Executivo impedido de editar outras se atingido aquele

número.

No entanto, disse, a conjugação de critérios seria o ideal, restringindo-se pela via positiva as matérias passíveis de disciplina por medida provisória, e, também, limitando-se o número delas que podem tramitar.

Azeredo critica ação do governo

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou os planos anunciados recentemente pelo governo para a construção de duas novas linhas de metrô em Belo Horizonte. Azeredo questiona a participação de capitais privados - sugerida pelo governo federal - na ampliação do metrô da capital mineira. Mesmo que haja interesse de empresários, disse ele, não deveriam ser anunciadas novas linhas antes da conclusão do trecho já em funcionamento.

Augusto aponta excesso de MPs

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) pediu mais parcimônia no uso de MPs e sugeriu que o governo recorra ao pedido de urgência, quando a matéria enviada ao Congresso exigir tramitação mais rápida. Segundo Augusto, o baixo número de projetos de autoria parlamentar aprovados em 2004 (6,7% do total) foi resultado da "absoluta impossibilidade de elaborar as normas legais e ao mesmo tempo examinar e votar a avalanche de MPs que abarrotam a pauta das Casas legislativas".

Municípios à espera de verbas

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu a aprovação da emenda de bancada do Tocantins ao Orçamento, que libera R\$ 9 milhões para um consórcio firmado entre 12 prefeitos dos municípios do sul do estado para aquisição de equipamentos destinados à construção de barragens e manutenção de estradas. O parlamentar falou da dificuldade dos municípios com os recursos restritos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e estimulou a criação de consórcios para amenizar a crise.

Lúcia Vânia pede votação de PEC

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) voltou a defender a imediata votação pelo Plenário do Senado da PEC 12/04, que garante a emancipação política dos municípios criados até o ano de 2000, desde que tenham realizado mais de uma eleição. A proposta, disse a senadora, já tem parecer favorável do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Lúcia Vânia informou que se reuniu com o governador de Goiás, Marconi Perillo, e com os prefeitos de Gameleira, Campo Limpo de Goiás, Lagoa Santa e Ipiranga, para reafirmar seu apoio à PEC.

PLENÁRIO

Defeitos em MP de tributo sobre biodiesel

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) criticou a alíquota de 11,37% fixada pela medida provisória (MP 227/04) a incidir sobre a produção e comercialização de combustíveis obtidos a partir de óleos vegetais, o biodiesel. A MP foi aprovada semana passada pela Câmara. Segundo ele, é quase o mesmo índice cobrado do diesel oriundo do petróleo, de 13%, apesar de o biodiesel aquecer a economia e gerar empregos.

Reforma em favor dos municípios

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apelou aos deputados para que aprove a reforma tributária, pois muitos prefeitos, disse, estão com dificuldade de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. O senador defendeu o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), passando de 22,5% para 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Se aprovado, o aumento do FPM será de R\$ 1 bilhão, conforme o senador.

Mozarildo quer melhorar ações junto a índios

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a reivindicar o aperfeiçoamento das políticas públicas oferecidas aos povos indígenas. Em vez de isolá-los em reservas, situação que seria defendida pela Funai, ele defende o incentivo de práticas produtivas que levem tecnologia ao modo de vida indígena. O senador citou a parceria entre a Associação dos Arrozeiros de Roraima e a comunidade macuxi do Contão, localizada no norte do estado, para o plantio de 110 hectares de arroz.

Serys registra crédito voltado para mulheres

Serys Shlessarenko (PT-MT) registrou o lançamento da campanha "Crédito para Igualdade das Mulheres", anunciada pelo presidente Lula em assentamento de Apodi (RN). O objetivo é divulgar os programas de acesso ao crédito para o público feminino, como o Pronaf-Mulher, voltado para agricultoras familiares, assentadas, pescadoras artesanais e quebradeiras de coco, entre outras, com renda anual entre R\$ 2 mil e R\$ 60 mil.

Comitiva testemunha falta de água potável

O município de Olivença, a 231 quilômetros de Maceió, em Alagoas, possui pouco mais de 10.600 habitantes, dos quais apenas 2.100 têm água tratada em suas casas. Com a seca, segundo o prefeito Jenó Oliveira, três carros-pipas procuram matar a sede da população. Olivença foi a primeira cidade percorrida pelos senadores Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Heloísa Helena (PSOL-AL) para dar visibilidade e cobrar soluções emergenciais para os efeitos da seca.

A comitiva esteve também em Carneiros, Senador Rui Palmeira e São José da Tapera. Ao sobrevoar a região, os senadores testemunharam a gravidade da situação.

– Os açudes e rios estão secos, plantações estão perdidas e a maioria dos poços artesianos não funciona. Mas o mais grave é que não há nenhuma presença do governo federal. As obras estruturantes estão paralisadas e a ajuda de emergência não chegou – narrou Teotônio Vilela.

– Há meses os prefeitos pedem que o *Diário Oficial* publi-



Teotônio Vilela Filho, Heloísa Helena e Renan Calheiros visitaram quatro localidades atingidas pela seca em Alagoas

que a declaração de estado de emergência desses municípios e libere, pelo menos, algumas migalhas – afirmou Heloísa Helena.

Segundo ela, a visita conjunta foi um ato simbólico de unidade da bancada federal para pressionar pelo desenvolvimento da região, com o repasse de recursos para obras essenciais.

Uma delas, detalhada por Teotônio Vilela, é o Canal do Sertão, que retira água do rio

São Francisco para abastecer 37 municípios. "Uma obra prevista para ser concluída em cinco anos, a um custo de R\$ 500 milhões", explicou o senador.

Para Renan Calheiros, a seca no Nordeste é diferente da seca no Sul e no Sudeste.

– Lá, a falta de chuvas causa problemas econômicos como a quebra de safras. Aqui, destrói o sistema produtivo local e retira as mínimas condições que as pessoas têm para sobreviver – comparou.

Visita dá resultado ainda na véspera

Pela primeira vez na história de Alagoas, os três senadores do estado, apesar de integrarem diferentes partidos, visitaram em cerca de oito horas quatro municípios do sertão vítimas da seca. Heloísa Helena, Renan Calheiros e Teotônio Vilela Filho se uniram para cobrar do governo federal a liberação imediata de recursos.

A visita apresentou resultados antes de ser feita, no sábado (12). Na véspera, o ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo, comunicou à presidente da Associação dos Municípios de Alagoas (AMA) e prefeita de Feliz Deserto, Rosiana Beltrão, que o governo publicaria as portarias de reconhecimento dos decretos

de situação de emergência expedidos por 272 prefeituras brasileiras, sendo 26 de Alagoas. Com este aval do Ministério da Integração Nacional, as verbas seriam liberadas de forma emergencial.

Na Paraíba, as áreas atingidas foram visitadas pelo líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), que fez um apelo por medidas para combater a miséria na região. Para o senador, a seca do Sul difere da do Nordeste porque esta é agravada pela miséria secular.

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) registrou em Plená-

rio a liberação anunciada pelo presidente Lula, em visita aos estados do Sul, de R\$ 1 bilhão para enfrentar a crise da agricultura provocada pela seca. Ele ressaltou que o valor ainda

é baixo, já que só no seu estado o prejuízo supera os R\$ 2 bilhões.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) elogiou o governo pela "celeridade na avaliação de danos, na articulação e no anúncio de medidas".

Ideli anunciou que o seguro da agricultura familiar, "reivindicação histórica" do setor, será pago a partir de maio a 148 mil famílias da região Sul.

Governo anuncia recursos para combater efeitos da seca no Sul e no Nordeste

Capiberibe cobra empréstimo para o Maranhão

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu empenho dos senadores para que seja aprovada operação de crédito em favor do Maranhão, junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 30 milhões. O pedido encontra-se no Senado desde novembro do ano passado e é relatado por Ney Suassuna (PMDB-PB). Segundo Capiberibe, os recursos irão para o Projeto de Redução da Pobreza Rural (Prodin). O senador também sugeriu que o governo federal proponha projeto de zoneamento da Amazônia, para que culturas como a soja ocupem áreas já abertas e com baixos índices de atividade econômica, resguardando a floresta com programas de defesa do meio ambiente.

União do Nordeste por refinaria

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) propôs a união de todo o Nordeste pela implantação de uma nova refinaria de petróleo na região. Segundo ela, o Ceará se sente preparado para acolher o empreendimento, que terá um "papel estruturante" no desenvolvimento regional. "O governo deve recordar que, entre os objetivos fundamentais da República, consta a redução das desigualdades regionais", afirmou, ao alertar para o risco de crise de abastecimento. Até 2010, observou, a importação de derivados poderá subir de 17% para 35% do consumo nacional.

Conselho de Justiça prestes a sair do papel

O Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário, deverá ser instalado até o dia 6 de junho. Sua composição deverá ser definida até 7 de maio, conforme prevê a reforma do Judiciário. O esclarecimento foi dado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em resposta a questionamento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador José Jorge (PFL-PE) informou que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), formou uma subcomissão para definir os critérios de escolha dos integrantes do conselho. Pedro Simon (PMDB-RS) também destacou a importância do Senado no processo de definição.

Autonomia do BC volta a chamar a atenção

Senadores de diversos partidos repercutiram em Plenário a proposta do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para que o PMDB retomasse o debate sobre autonomia do Banco Central. Para Roberto Saturnino (PT-RJ), o presidente Lula já teria desistido da idéia.

– O governo respeita decisões do ministro, e é preciso que o ministro também respeite o governo, que neste caso é a de não enviar esse projeto – disse.

Para ele, "não se pode abdicar" de uma das principais

ferramentas da política econômica, a política monetária.

Geraldo Mesquita Junior (sem partido-AC) considerou "inaceitável" o debate sobre autonomia. Para ele, a diretoria do BC foi complacente quando a política econômica transformou o Brasil "no paraíso dos banqueiros, no purgatório dos bancários e no inferno dos correntistas". No seu entender, em vez de autonomia, o Legislativo deveria regulamentar as atribuições do banco.

Para Rodolpho Tourinho

(PFL-BA), o Banco Central exerce uma gama ampla demais de atividades para ser capaz de realizá-las bem. Segundo ele, o controle e fiscalização das atividades diárias dos bancos privados e estatais está sendo relegado a um segundo plano no Brasil.

Tourinho considera necessário analisar o lucro dos bancos, os *spreads* e as taxas de juros. O senador solicitou que o assunto seja debatido no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

PLENÁRIO

Cristovam: exclusão ameaça democracia

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) manifestou apoio à proposta de emenda à Constituição de autoria da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que estende a educação gratuita, em caráter obrigatório, para crianças de até seis anos. O projeto (PEC 40/00) está na pauta de votações do Plenário para esta semana.

Lembrando que o Brasil comemora 20 anos da redemocratização, Cristovam lamentou que somente agora seja levado a votação um projeto assegurando o direito à educação gratuita a todas as crianças desde o nascimento.

– Nesse ritmo, nós não vamos comemorar 40 anos de democracia. Se não atendermos às necessidades dos excluídos, eles perderão a esperança e destruirão a democracia – advertiu.

O senador ponderou que, desde a redemocratização, as pressões por mudanças só vêm de grupos organizados, como



Cristovam defende projeto de Heloísa que garante educação a crianças

sindicatos e outras associações. Como exemplo, ele citou a reforma universitária, debatida por diversos grupos que representam

professores e estudantes. Já os pobres e excluídos, não tendo organização, acabam não se beneficiando do processo democrático.

Cristovam também dirigiu apelo aos jovens para que se engajem na busca de justiça social. Ele disse que não há como o país alcançar bons níveis de saúde e educação sem a participação da juventude. Mas alertou que esse engajamento deve ficar acima de interesses corporativos. Disse ainda que, sem o fim das desigualdades sociais, a democracia estará sempre incompleta.

Quintanilha: educação é base de tudo

A educação básica de qualidade é fundamental para que o Brasil cresça, afirmou sexta-feira (18) o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

Educação com qualidade, no entender do senador, começa pela valorização do professor,

com pagamento de salários justos, qualificação e reciclagem profissional. Por faltarem esses requisitos é que o país registra baixa qualidade na educação, disse. Ele lamentou que em seu estado, Tocantins, a situação também não seja diferente.

Paim defende Estatuto da Pessoa Deficiente

A luta pelo fim do preconceito e da discriminação contra os portadores de deficiência física e mental foi tema do discurso de Paulo Paim (PT-RS) na segunda-feira (14). O senador manifestou esperança na aprovação, ainda este ano, dos projetos de sua autoria que criam o Estatuto da Pessoa Deficiente e o Estatuto da Igualdade Racial.

Paim citou dados do IBGE informando que há 24,5 milhões de deficientes no Brasil, dos quais 10,2 milhões são portadores de deficiências graves, como cegueira, surdez e paralisia. Embora o Brasil conte com uma legislação ampla sobre esse tema, o senador insistiu na importância da aprovação do Estatuto da Pessoa Deficiente, cujo projeto é relatado por Flávio Arns (PT-PR).

Hélio Costa quer CPI para investigar imigração

Hélio Costa (PMDB-MG) encaminhou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, na quarta-feira (16), requerimento de instalação de comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para investigar a situação dos brasileiros que imigram ilegalmente para o exterior. O parlamentar alerta que o aliciamento de jovens por quadrilhas ligadas ao tráfico internacional de pessoas tem levado à perda de bens e vidas.

Segundo informou, esses traficantes costumam cobrar R\$ 30 mil para facilitar a entrada ilegal de brasileiros nos Estados Unidos e na Europa. Ele adverte que essa viagem é uma aventura que muitas vezes leva o imigrante à morte.

Homenagem à memória de Luís Eduardo Magalhães

O Senado homenageou na última quarta-feira a memória de Luís Eduardo Magalhães, falecido em 1998, aos 43 anos, quando exercia mandato de deputado federal. Filho do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Luís Eduardo foi um dos principais articuladores do governo federal no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, tendo exercido as funções de líder do governo e de presidente da Câmara dos Deputados (1995-1997).

Os parlamentares se revezaram na tribuna durante sessão solene em homenagem ao 50º aniversário de nascimento do ex-deputado. O discurso de Antonio Carlos foi o de maior emoção. Ele agradeceu o apoio que tem recebido dos colegas desde a morte de seu filho.

Para o senador, Luís Eduardo seria eleito facilmente go-



Antonio Carlos: emoção ao lembrar o filho e agradecer solidariedade dos colegas

vernador da Bahia e, talvez, presidente da República.

– O destino não quis. Mas o cardeal dom Eugênio Salles viajou do Rio a Salvador e me disse: "Antonio Carlos, não fique assim. Tanta gente vive tanto, quase cem anos, e não realiza nada. Ele viveu tão pouco e realizou tanto pelo seu país".

Romeu Tuma comemora Dia do Bibliotecário

Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou a passagem do Dia do Bibliotecário, em 12 de março. Ele também ressaltou a importância da biblioteca do Senado e pediu que seja realizado um novo concurso para contratar mais funcionários.

O senador explicou que a data dedicada aos bibliotecários foi escolhida em homenagem ao poeta Manoel Bastos Tigre, que trabalhou durante muitos anos na Biblioteca Nacional.

Citando o professor Waldomiro Vergueiro, da USP, Tuma disse que a Biblioteconomia é uma das atividades mais beneficiadas pelas novas tecnologias, como a Internet, a TV e o rádio.

Mesquita critica ação da Anatel contra emissora

O senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) denunciou que, no último dia 9, dois agentes da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) foram à TV Comunitária de Brasília e, sem qualquer instrumento legal, exigiram que lhes fosse entregue o conteúdo da programação da emissora. "Foi uma ação policial, intimidatória", disse.

Na opinião de Mesquita Júnior, a Anatel deveria, sim, agir contra empresas que estimulam a venda de telefones celulares sem ter estrutura para expandir a capacidade desse serviço.

Para o senador, a finalidade da ação foi intimidar a direção da emissora devido aos programas levados ao ar.

Projetos

Combate à lavagem de dinheiro

Para tornar mais eficiente o combate à lavagem de dinheiro, Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apresentou projetos que aumentam o prazo de prescrição dos crimes de ocultação de bens, lavagem de dinheiro, entre outros (PLS 36/05), e das ações de improbidade administrativa (PLS 46/05). O senador propôs ainda o aumento nos prazos para conservação de dados financeiros pelas entidades responsáveis (PLS 48/05) e a documentação de todas as operações de saída e ingresso de moeda (PLS 39/05). Pedro Simon (PMDB-RS) também apresentou proposta obrigando as instituições financeiras a manterem informações sobre os clientes para verificar a compatibilidade entre as movimentações de recursos (PLS 51/05).

Fim do vestibular

Sibá Machado (PT-AC) propôs o fim do vestibular (PLS 65/05). Segundo ele, o ideal seria uma avaliação por meio de prova elaborada pelo Conselho Nacional de Educação e a realização de sorteios entre os classificados, para dar igualdade de oportunidade para todos os estudantes.

Em busca da paz na terra

Duas propostas inspiradas nos trabalhos da CPI da Terra foram apresentadas por Alvaro Dias (PSDB-PR). A primeira estabelece que, quando o proprietário deve à administração pública, parte da indenização por desapropriação será destinada a pagar a dívida (PLS 63/05); a segunda obriga a presença do juiz nas operações de reintegração de posse em que possa haver conflitos (PLS 64/05).

Benefício para vítima de doença

Duas propostas do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) concedem benefícios aos portadores da forma incapacitante da linfangioleiomiomatose pulmonar. Uma outorga licença para tratamento (PLS 67/05), além de aposentadoria aos portadores; a outra isenta os rendimentos dos doentes do pagamento de Imposto de Renda (PLS 68/05).

Parcelamento das férias

Proposta apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) permite o parcelamento das férias dos trabalhadores com menos de 18 anos e com mais de 50 (PLS 62/05). "Tornou-se corriqueiro e popular o parcelamento de férias em proveito do trabalhador. Nesse contexto, o jovem com menos de 18 anos e o trabalhador com idade acima de 50 anos se vêem prejudicados por terem determinante legal que não lhes abre essa prerrogativa", justifica Paim.

Mudanças na estrutura judiciária

Proposta do senador César Borges (PFL-BA) inclui entre as competências dos juizados especiais cíveis ações de despejo para uso de ascendentes e descendentes, com o intuito de acelerar o processo (PLS 66/05). Além disso, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) quer criar o Juizado Especial Cível da Mulher, para tratar especificamente de questões relativas ao tema (PLS 54/05).

Novas rodovias

Aelton Freitas (PL-MG) apresentou projeto que inclui no Plano Nacional de Viação quatro trechos rodoviários, que ligam os municípios mineiros de Prata e Porto Alencastro, passando pelas cidades de Campina Verde, Honorópolis e Iturama.

Proteção à criança

Com o intuito de melhorar as políticas públicas voltadas para os mais jovens, Cristovam Buarque (PT-DF) propôs a criação da Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente, órgão vinculado à Presidência da República e responsável pelo controle e acompanhamento das políticas de proteção da criança e do adolescente (PLS 50/05).

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 2 e 11 de março

PLENÁRIO

Valadares homenageia os 150 anos de Aracaju

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) homenageou em Plenário o sesquicentenário (150 anos) da cidade de Aracaju, capital do seu estado, transcorrido no último dia 17. A cidade foi construída sobre o povoado de Santo Antônio de Aracaju, em lugar da

velha capital, São Cristóvão, para aproveitar o estuário do rio Sergipe, onde já havia um porto que passou a ser a base das exportações das riquezas do estado, principalmente o açúcar produzido em Cotin-guiba, lembrou Valadares.

O senador destacou o papel do então presidente da província de Sergipe, Inácio Barbosa, “um visionário e um estadista”. Valadares lembrou que Inácio Barbosa governou por apenas dois anos (de novembro de 1853 a outubro de 1855) e era ainda jovem, com pouco mais de 30 anos, quando resolveu construir a nova capital.

– Foi uma ousadia, porque Aracaju foi construída sobre areais e manguezais, e hoje é chamada de a Cidade Florida – ressaltou o senador.



Construída sobre areais, Aracaju é hoje a Cidade Florida, resalta Valadares

PFL não participou de acordo sobre MP dos Impostos, diz Heráclito

Em nome do PFL, o senador Heráclito Fortes (PI) informou que o partido não participou do acordo, noticiado pela imprensa, entre o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, envolvendo a Medida Provisória 232/04. A MP, editada no fim de 2004, modificou a legislação tributária e aumentou impostos para prestadores de serviços.

O parlamentar disse que conversou com o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC), que lhe pediu para tranquilizar os brasileiros sobre a posição

do partido.

Heráclito cobrou também um esclarecimento, prometido pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), no ano passado, sobre denúncia contra um coordenador da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, que teria usado sua senha para livrar de inadimplência órgãos estaduais, inclusive do estado do Piauí.

Em seu discurso, Heráclito Fortes pediu ainda à bancada nordestina que faça da defesa da construção da Ferrovia Transnordestina uma bandeira para o Nordeste.

Senador também pede apoio dos nordestinos para construção de ferrovia

Bancada se une pela Ferrovia Transnordestina

Os representantes do Piauí no Senado pediram que o governo decida pela construção da Ferrovia Transnordestina. Segundo o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), a obra interessa a todo o Nordeste, mas em especial à população do Piauí, Ceará e Maranhão. O senador Mão Santa (PMDB-PI), por sua vez, anunciou a união da bancada piauiense em torno da ferrovia e disse que ela permitirá a exportação dos grãos produzidos no Piauí pelos portos de Pecém (CE) e Suape (PE). Mão Santa defendeu ainda a conclusão das obras do porto de Luís Correa (PI), para a qual seriam necessários US\$ 10 milhões.

Para Heráclito, a ferrovia é a única saída para a escassez de estradas que dificulta o escoamento de grãos no Piauí.

– Essa ferrovia vai atender a uma região que está em seu melhor momento da produção de grãos e só depende da decisão

do governo. Eu já ouvi falar que Lula quer (a construção), mas enfrenta problemas com a burocracia. Estou convicto de que é fundamental e decisiva para o Nordeste – disse Heráclito.

Mão Santa recordou que o Barão de Mauá, no século 19, realizou os primeiros estudos para a construção da ferrovia.

– Mauá trouxe a idéia da ferrovia e Juscelino iniciou os trechos de Pernambuco – lembrou ele.

O parlamentar fez um apelo para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dê andamento ao projeto.

– Agora temos um presidente nordestino, que pode realizar esta obra sonhada por Mauá e iniciada por Juscelino – afirmou.



ROOSEWELT PINHEIRO

Senadores querem que governo decida pela construção da ferrovia, diz Mão Santa

Mão Santa alertou para o risco de a produção de grãos do Piauí e do Maranhão tornar-se inviável, devido ao alto custo do transporte rodoviário.

Os senadores Alberto Silva (PMDB-PI) e Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) também apelaram à sensibilidade do governo.

Suassuna apóia transposição para abastecer a Paraíba

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), defendeu a transposição do rio São Francisco como forma de abastecer seu estado com água própria para consumo. Ele observou que o projeto tem prioridade diante da revitalização do rio, uma vez que a água desviada será, na Paraíba, usada para matar a sede da população. – Os ribeirinhos clamam pela revitalização antes da tomada de água, mas esta será de apenas 1%: num caudal de 2.600 m³ por segundo, vamos retirar menos de 70 m³ – justificou. O senador disse ainda que não recebeu incumbência do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de elaborar projeto sobre a autonomia do Banco Central, como noticiado pela imprensa. Ele também elogiou o Tribunal de Contas da União pelo acórdão liberando a duplicação da BR-101, no trecho entre Salvador e Natal.

Alberto Silva propõe barragem em riachos secos

A construção de barragens nas cabeceiras de riachos temporários do semi-árido nordestino é uma das soluções para a seca na região, afirmou o senador Alberto Silva (PMDB-PI). Os chamados riachos secos são cursos temporários de água abastecidos na época das chuvas. “Se eu barrar o começo destes riachos com uma estrutura simples, milhares de famílias podem usar essa água para o abastecimento humano, animal e a irrigação”, explicou. Alberto Silva também lembrou os 182 anos da Batalha de Jenipapo, transcorridos no dia 13. “Dom João VI queria que o Maranhão e o Piauí se separassem do Brasil e isso só não aconteceu, entre outras coisas, graças aos heróis da Batalha de Jenipapo”, explicou o senador, que pediu em requerimento que os Correios emitam selo de comemoração da data.

Presidência

Senado anuncia cortes de R\$ 30 milhões nas despesas deste ano

Após reunião da Mesa diretora, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que já está pronto o detalhamento de cortes de R\$ 30 milhões nos gastos da Casa para este ano. Segundo nota técnica elaborada pela assessoria da Presidência, mais da metade da economia virá da redução de despesas com impressão gráfica. Os cortes nos contratos de terceirização vêm logo a seguir, com R\$ 3,9 milhões.

– Estamos fazendo o dever de casa, cortando despesas que seriam efetivamente realizadas, colaborando com a transparência, fazendo o que o Brasil quer – disse o senador. Sobre declarações de deputados de que a verba de gabinete dos senadores seria maior, Renan foi enfático. “Há um equívoco muito grande. O Senado não tem verba de gabinete, nunca teve, e não terá, pelo menos enquanto eu



Renan esclarece: Senado não usa nem pretende usar o sistema de verba de gabinete

estiver aqui”, enfatizou. Além da redução de gastos com impressão gráfica e terceirização, a Mesa decidiu também economizar R\$ 2,5 milhões com telefone; R\$ 2,5 milhões com correios; R\$ 2,4 milhões com diárias e passagens aéreas; R\$ 2,6 milhões com redução e padronização dos itens de estoques; e R\$ 600 mil na área de transportes.

Exame de MPs pode ter prazo ampliado

O presidente Renan Calheiros reuniu-se com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF) – presidente e relator da comissão que examina alterações nas medidas provisórias (MPs) – e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). A principal novidade, segundo Mercadante, é acrescentar prazo de 30 dias para que uma MP passe a trancar a pauta do Senado. Outra inovação cogitada é a extinção da comissão mista criada para examinar cada MP. O parecer sobre a urgência e relevância seria dado pela Comissão de Justiça, e o mérito avaliado na comissão mais apropriada ao tema da MP.

Presidente quer apoio do TSE na reforma política

Na posse do novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Velloso, o senador Renan Calheiros disse que existem convergências entre o TSE e o Congresso Nacional em relação à reforma política e que está convencido de que o trabalho conjunto pode apresentar resultados positivos. Renan também comemorou o anúncio feito por Velloso sobre o recadastramento de 15 milhões de eleitores e a criação de um novo título de eleitor, com foto, RG e CPF.

Indústria pede ajuda para rever decisão do STF

Representantes do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), do Sindicato de Cosméticos e Perfumaria e do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas estiveram reunidos com o presidente Renan Calheiros, quando solicitaram ajuda para encontrar solução para uma possível mudança em decisão do Supremo Tribunal Federal sobre créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), originado da não cumulatividade.

Governador do Amazonas trará estudo

O senador Renan Calheiros recebeu o governador do Amazonas, Eduardo Braga, que veio tratar de assuntos como o Fundo de Compensação das Exportações, a reforma tributária e a Zona Franca de Manaus. Braga disse estar preocupado com as repercussões negativas para os estados das alterações feitas pela Câmara na PEC Paralela da Previdência e informou já estar preparando estudo do impacto das mudanças.

Voz do Leitor

REFORMA POLÍTICA

“Acredito que a reforma política é a reforma mais importante a ser feita no Brasil. O Congresso deveria aprovar a fidelidade partidária, o financiamento público de campanha e o voto distrital misto, rever a distribuição na Câmara dos Deputados e unificar as eleições. O mandato deveria pertencer ao partido e ser de quatro anos para o Senado, como é para a Câmara. E a reforma deveria acabar com a reeleição. Só com essa reforma o Brasil poderá evoluir.”

André Luiz Souza do Rosário, de São Paulo (SP)

TAXA DE TELEFONIA

“A telefonia é campeã de reclamações em todo o território nacional. O país possui uma agência reguladora que só tem privilegiado as operadoras. Se entramos na Justiça para reivindicar algum direito, temos que enfrentar o imenso arsenal jurídico que essas operadoras possuem. Até quando irá permanecer essa situação que considero imoral e inaceitável?”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

SECA

“Senadora Heloísa Helena, na minha opinião, a transposição do rio São Francisco não é necessária. Não dá para atender os 17 milhões de pessoas castigadas pela seca. O necessário seria a construção de cisternas para o armazenamento de água na temporada de chuva.”

Carlino de Souza de Santos, de Sítio do Quinto (BA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

GARIMPEIROS

“Peço aos senadores do Maranhão, do Pará e do Tocantins que o Estatuto do Garimpeiro seja aprovado com urgência.”

Almir Rodrigues Aguiar, de Palmas (TO)

IPTU

“Senador Marcelo Crivella, sugiro que seja aprovado o projeto de lei que dispõe sobre o não-pagamento do IPTU pelo inquilino do imóvel (PLS 132/02, do então senador Carlos Bezerra).”

Rogério Arruda de Souza, de Teófilo Otoni (MG)

ESTATUTO DO IDOSO

“Senador Sérgio Cabral, quero saber quando será respeitado o Estatuto do Idoso. Para que adianta uma lei que não é cumprida?”

Luiz Arrais Neto, de Russas (CE)

COMBATE À CORRUPÇÃO

“Senador Paulo Paim, gostaria que fosse apresentado um projeto de lei, para facilitar o combate à corrupção nas três esferas do poder público, que estabelecesse que, quando o agente público estivesse envolvido em crimes de corrupção e fosse comprovada sua participação direta ou indireta, cassassem seus direitos públicos perpetuamente e ele fosse banido da vida política e da carreira pública.”

Francisco Tadeu Simões, de Machado (MG)

Pergunte ao Senador

MEDIDA PROVISÓRIA

Jéferson Colares Vieira, de Iguatu (CE)

“Senador Jefferson Péres, quero saber em que caso uma medida provisória pode ser editada pelo presidente da República”



O senador Jefferson Péres (PDT-AM) responde:

Caro xará, antes de qualquer coisa, agradeço sua pergunta. De acordo com o art. 62 da Constituição federal, o presidente da República, “em caso de relevância e urgência, poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional”.

Vale recordar que a mesma Constituição proíbe a edição de MP sobre matérias relativas a “nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral”; “direito penal, direito processual penal e processual civil”; “organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros”; “planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares”. A medida provisória também não se aplica à “detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro” (certamente para impedir a repetição de trágicas arbitrariedades, como o Plano Collor), nem às matérias reguladas por “lei complementar” ou “já disciplinadas em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional”, e que esteja aguardando apenas a sanção ou o veto do presidente da República.

Por último, cabe destacar que medida provisória instituindo ou aumentando impostos (excetuados os de importação, exportação, produtos industrializados; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, como ações da bolsa de valores) só entrará em vigor no exercício financeiro seguinte se a medida provisória tiver virado lei até o último dia do ano em que foi editada.

CARGOS ESTADUAIS E FEDERAIS

José Pessoa de Sá, de Colorado do Oeste (RO)

“Senadora Fátima Cleide, gostaria de saber como está a tramitação do projeto para que os funcionários do governo de Rondônia passem de cargos estaduais para cargos federais.”



A senadora Fátima Cleide (PT-RO) responde:

Caro José Pessoa, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 87, que permite a transposição de funcionários do ex-território de Rondônia, hoje pagos pelo estado, para um quadro em extinção da União, está em discussão no Plenário do Senado, em primeiro turno, procedimento que deverá ocorrer em segundo turno também. Caso não sejam apresentadas emendas à matéria, ela será então colocada em votação, necessitando, para sua aprovação, de 49 votos do total de 81 senadores.

Vale dizer que, como se trata de proposta de emenda constitucional, a tramitação é mesmo um pouco mais demorada. De outro lado, estamos mantendo entendimentos junto ao governo federal para que esse projeto tenha o apoio do Executivo.

Frases

“A política econômica brasileira transformou o Banco Central em paraíso dos banqueiros, no purgatório dos bancários e no inferno dos correntistas”

Mesquita Júnior, colocando-se contrário à proposta de autonomia do BC. Em vez de dar autonomia, ele recomendou que o Legislativo regulamente as atribuições do banco.

“Sarney teve que substituir um mito, Tancredo Neves, e afastou definitivamente o fantasma do retrocesso”

Delcídio Amaral, na sessão que comemorou os 20 anos da redemocratização do país.

“Perderam os que não acreditavam que fosse possível fundar um regime democrático sem sangue, ódio ou vingança”

Jorge Bornhausen, sobre os 20 anos da redemocratização do país.

“Tanta gente que partiu num rabo de foguete”

Ideli Salvatti, ao repetir versos da canção *O Bêbado e a Equilibrista*, imortalizada por Elis Regina, para lamentar que pessoas que lutaram pela redemocratização do país, muitas dando a própria vida, não tenham sido lembradas na homenagem.

“Ele achava que o momento da nação era mais importante que sua própria saúde”

Antonio Carlos Magalhães, sobre a morte de Tancredo Neves, que, eleito presidente da República, não chegou a tomar posse.

“O parlamentar baiano hoje seria uma raridade política, em razão da sua coerência e caráter”

Tasso Jereissati, na homenagem à memória do deputado Luís Eduardo Magalhães.

“É uma pena que a ousadia tenha ficado prisioneira de uma proposta tímida, pontual e superficial”

Cristovam Buarque, ao criticar a proposta de reforma da universidade, que, na sua opinião, se limita a aspectos relacionados à falta de recursos, organização civil e gerenciamento da universidade.

“É mais uma dolorosa punhalada em tantos que militam para ver Mato Grosso transformado em um território de paz e justiça social”

Serys Slhessarenko, ao comentar o documento da Relatoria Nacional do Direito Humano, da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre a situação das terras e dos índios de Mato Grosso do Sul.

Foto da Semana

Estudantes secundaristas participaram quinta-feira (17) de protesto na frente do Congresso. Eles pediram mudanças na proposta de reforma universitária do MEC, que também vem recebendo críticas no Legislativo



ROSE BRASÍLIA/ABR

Rádio discute igualdade racial

Aprovado na semana passada pela Comissão de Educação do Senado, o Estatuto da Igualdade Racial é o tema do *Conexão Senado* desta semana, programa de debates que a Rádio Senado apresenta nesta segunda, às 12h.

O texto foi aprovado por unanimidade pelo colegiado, mas ainda tem de passar por mais duas comissões antes de virar lei. No entanto, a votação reacendeu a discussão sobre o tema, que tramita há quase dez anos no Congresso. O debate voltou à tona também por conta da divulgação de estudo da Universidade de Brasília (UnB) que contesta os dados oficiais sobre a composição racial das universidades.

O objetivo da proposta é tornar obrigatória a adoção de políticas públicas para combater a discriminação e as desigualdades

raciais. Entre os principais pontos está a adoção de um sistema de cotas que reserva vagas para negros nos cargos comissionados do Executivo e nas universidades públicas e privadas.

Além de convidados, o debate conta com a participação de ouvintes, que podem enviar suas dúvidas e comentários pelo telefone 311-1261, pelo endereço eletrônico conexao@senado.gov.br e pelo fax 311-2777.

Destaque para Hermínio Bello de Carvalho

Na programação cultural, o destaque é o *Escala Brasileira* da quinta-feira, às 23h. A atração vai homenagear Hermínio Bello de Carvalho. Poeta, compositor, músico e produtor cultural, o artista tem suas obras interpretadas pelos principais músicos brasileiros. Além da entrevista,



FOTO: BIDO MUNIZ

Hermínio Bello de Carvalho, compositor, será homenageado no programa *Escala Brasileira*, que vai ao ar na quinta-feira

você poderá curtir várias músicas do compositor, como *Estrada do Sertão*, com Elba Ramalho, e *Folhas no Ar*, com Zélia Duncan e Ed Motta.

O *Brasil Regional*, que vai ao

ar no domingo, às 20h, apresenta músicas inesquecíveis como *Cariñoso*, de Pixinguinha e Braguinha. Para mais informações sobre a programação da rádio, acesse www.senado.gov.br/radio.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

ESPECIAL



Programa Interlegis já formou 1.330 alunos, desde 2002, nos cursos presenciais, com professores

Cursos utilizam Internet, videoconferência e telefone

Nos cursos oferecidos pelo Interlegis são utilizados a Internet, a videoconferência e o atendimento por telefone. Desde 2002, 5.107 alunos receberam certificado de conclusão desses cursos, em atendimento a 1.234 municípios. Em 2005, 3.800 alunos se matricularam para fazer dez cursos: Educação a Distância no Interlegis; Introdução ao Orçamento Público I, II, III e IV; Busca de Qualidade; Papel do Vereador; e Lei de Responsabilidade Fiscal I, II e III.

Além da educação pela Internet e videoconferência, desde 2002 o Interlegis formou 1.330 alunos em encontros presenciais, com professores, como o

Treinamento Básico Interlegis (TBI). Nesse caso, os funcionários das câmaras de vereadores que já receberam ou estão para receber os equipamentos aprendem noções básicas de microinformática e a utilizar os serviços e produtos do programa. Esses cursos de treinamento são ministrados nas assembleias legislativas estaduais.

Para modernizar e automatizar os processos administrativos e legislativos das câmaras municipais e assembleias estaduais, o Serviço de Tecnologia e Produtos do Interlegis criou dois softwares: o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) e o Sistema de Apoio à Atividade Parlamentar (SAAP).

Mais de 5 mil alunos já receberam certificados em 1.234 municípios

Interlegis promove seminários regionais

Com o objetivo de ampliar a integração digital dos legislativos municipais brasileiros, o programa Interlegis vai realizar cinco seminários regionais em 2005. O primeiro deles, voltado para o Nordeste, está marcado para abril, nas cidades paraibanas de Campina Grande e João Pessoa. Além dos seminários regionais, haverá um encontro nacional em Maceió.

Para o presidente nacional do Interlegis, senador Efraim Morais (PFL-PB), a parceria do Senado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vai ampliar seu raio de alcance com os seminários.

Até janeiro deste ano, 2.891 câmaras de vereadores receberam um microcomputador e uma impressora a laser do Interlegis. Até julho, a meta é equipar 3.100 câmaras com essas estações de trabalho para que os legislativos municipais tenham acesso à Internet.

Efraim Morais deu o exemplo do seu próprio estado, em que cerca da "metade dos 223 municípios já aderiu ao Interlegis". Das 109 câmaras de vereadores, 97 já estão equipadas com estações de trabalho conectadas ao portal Interlegis por um microcomputador. A meta é ampliar as adesões ao programa, disse.

– Vamos também, conjuntamente, fazer com que a Assembleia Legislativa da Paraíba seja a terceira a receber, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), a educação a distância. Os seminários serão realizados nas assembleias legislativas e terão a participação do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva



Efraim Morais: Assembleia Legislativa da Paraíba contará com educação a distância

Maia; do diretor-executivo do Interlegis, Márcio Sampaio Marques; e do diretor-executivo do ILB, Florian Coutinho Madruga.

As palestras abordarão temas como o papel do vereador, a reforma política e a prestação de contas da administração municipal.

Cidadão terá acesso ao computador

Além do programa Interlegis, cujas metas deverão estar cumpridas até o final de 2005, os técnicos do Senado e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estão negociando o Interlegis II, informou o senador Efraim Morais.

– Acredito que, aos poucos, poderemos, por meio do Interlegis II, fazer com que a câmara se

transforme quase que numa sala para o cidadão que, pelas suas condições financeiras, não tem a oportunidade de conhecer um computador – explicou.

De acordo com o presidente do Interlegis, a parceria com o ILB para a qualificação dos funcionários das câmaras de vereadores poderá transformar os funcionários dos legislativos locais em

transmissores de conhecimento, principalmente nas pequenas cidades, onde a exclusão digital é mais patente.

– O cidadão vai ter, na Câmara de Vereadores, uma oportunidade de acesso ao computador. Talvez possamos transformar essa ação do Interlegis em uma escola onde o cidadão tenha noções básicas de computação.

Conheça o Senado



O Palácio Monroe foi demolido na década de 70 sob o argumento de que atrapalhava as obras do metrô no Rio de Janeiro

Palácio Monroe permanece vivo na memória e nos registros fotográficos

O Palácio Monroe, prédio que abrigou os senadores por 35 anos, entre 1925 e 1960, só existe na memória daqueles que viveram a época e nos registros fotográficos. O prédio, sede do Senado quando a capital federal ainda era o Rio de Janeiro, foi demolido na década de 70, sob o argumento de que atrapalhava as obras do metrô da Cinelândia. Os defensores da campanha pela demolição, iniciada em 1974, diziam que o prédio era uma mera cópia, desprovida de qualquer valor artístico, e tinha perdido a função depois que a capital foi transferida para Brasília.

O prédio instalado no Rio era a recriação do "Pavilhão do Bra-

sil", construção que representava o país na Exposição de Saint Louis, realizada em 1904 nos Estados Unidos. O pavilhão foi bastante elogiado pelos jornais americanos tanto pela técnica de engenharia quanto pelo perfil arquitetônico do edifício, premiado com a Medalha de Ouro da exposição.

O construtor do prédio, Francisco Marcelino de Souza Aguiar, já tinha a idéia de reerguê-lo no Brasil. A construção foi reiniciada em julho de 1906, para abrigar a Conferência Pan-Americana, que reuniu os chanceleres das três Américas e foi um marco na diplomacia brasileira.

O nome, Palácio Monroe,

foi uma homenagem ao presidente norte-americano James Monroe, autor da doutrina de não-intervenção nos países da América Latina. Antes de virar sede do Senado, abrigou diversos congressos e foi usado pelos deputados durante a reforma do Palácio Tiradentes.

Da demolição, escaparam apenas vitrais, estátuas, entre outros, que foram vendidos a colecionadores pela empresa demolidora. Além disso, móveis e objetos do Palácio fazem parte do acervo do Museu do Senado. Entre as peças expostas, estão as cadeiras e mesas do antigo Plenário e o busto de Rui Barbosa, o patrono do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique

Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual e Flávio Mattos

(61) 311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Controle do peso garante vida saudável

A pesquisa sobre hábitos alimentares do brasileiro, divulgada em dezembro do ano passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de ter causado muita polêmica, apontou dados preocupantes sobre o peso da população do país. O percentual de pessoas com excesso de

peso no Brasil já é dez vezes maior do que o das desnutridas. Num universo de 95,5 milhões de pessoas de 20 anos ou mais, 4% são consideradas desnutridas, enquanto 40,6% sofrem com excesso de peso, das quais 10,5 milhões são consideradas obesas.

A alteração nos ponteiros da balança é

conseqüência do aumento no consumo de gorduras e de açúcares pelo brasileiro, especialmente refrigerantes e *fast-food*. A obesidade já é considerada doença tanto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto pelo governo brasileiro. Aliado geralmente a um estilo de vida nada saudável, o sobrepeso e a obesidade

são apontados como precursores de doenças cardíacas, disfunções hormonais, diabetes tipo 2, hipertensão, entre outros males.

O *Especial Cidadania* alerta para esse mal, que é considerado hoje uma “doença da civilização”. Veja ainda dicas para uma vida mais saudável e livre de doenças.



A prática regular de atividade física contribui para o controle do peso, do colesterol e da pressão arterial e ainda ajuda a diminuir o estresse

Dicas incluem escolha dos alimentos e prática de exercícios

COMA FRUTAS E VERDURAS - São alimentos ricos em vitaminas, minerais e fibras, nutrientes indispensáveis para um cardápio saudável.

NÃO ABANDONE O “ARROZ COM FEIJÃO” - Os dois se complementam, principalmente com relação às proteínas. O prato tem sido substituído por refeições do tipo *fast-food*, que contêm altos níveis de gordura e poucos nutrientes.

EVITE GORDURAS E FRITURAS - O excesso de gorduras é uma das principais causas de obesidade, doenças cardiovasculares, hipertensão e diabetes.

REALIZE AO MENOS TRÊS REFEIÇÕES PRINCIPAIS E UM LANCHE POR DIA - Isso evita longos períodos em jejum. É melhor comer mais vezes por dia, mas em menores quantidades. Quem fica muitas horas sem se alimentar acaba sentindo bastante fome e comendo exageradamente.

COMA COM CALMA - Quando a pessoa come com pressa, não dá ao organismo o tempo necessário para que se sintam satisfeitos e, por isso, come mais.

NÃO COMA DIANTE DA TV - Ao comer e assistir à televisão ao mesmo tempo, per-

de-se a noção da quantidade de alimentos que está sendo consumida. Além disso, ver propagandas de alimentos desperta ainda mais o apetite e, conseqüentemente, a gula.

EVITE DOCES E ALIMENTOS CALÓRICOS - É importante observar não só a quantidade, mas também a qualidade dos alimentos, pois muitos deles são chamados de “calorias vazias”, ou seja, pobres em nutrientes e ricos em calorias e gorduras.

BEBA BASTANTE ÁGUA - A água corresponde a cerca de 70% do peso corporal da pessoa. É vital para o bom funcionamento de todo o organismo, especialmente dos rins, do intestino e do sistema circulatório. Recomenda-se a ingestão de oito copos de água por dia.

PRATIQUE ATIVIDADES FÍSICAS - O hábito de fazer exercícios favorece a manutenção do peso, além de ser fundamental para o controle e prevenção de problemas cardíacos, diabetes, entre outros. Diminui ainda a ansiedade e o estresse. Cada pessoa deve procurar uma atividade que lhe agrade e buscar a orientação de um profissional de saúde.

Fonte: Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde

Obesidade favorece o colesterol alto e o aumento da pressão arterial

A preocupação com o sobrepeso e a obesidade vai além da questão estética. Trata-se de problema de saúde pública, já que o excesso de peso é considerado fator de risco para uma série de doenças e distúrbios metabólicos.

Entre as disfunções, estão o colesterol alto e o aumento da pressão arterial, que podem levar a complicações cardiovasculares mais graves, e a diabetes tipo 2.

A obesidade provoca ainda problemas respiratórios e no aparelho locomotor, distúrbios no sono, depressão e até certos tipos de câncer. O Relatório sobre a Saúde do Mundo 2002, da OMS, aponta que aproximadamente 58% das diabetes, 21% das doenças cardiovasculares e entre 8% e 42% de certos tipos de câncer estão relacionados ao índice elevado de massa corporal (IMC).

Índice de massa corporal

O diagnóstico do sobrepeso e da obesidade é feito a partir do índice de massa corporal (IMC). O cálculo é feito dividindo o peso (em quilogramas) pela altura ao quadrado (em metros): $IMC = \text{peso} \div (\text{altura})^2$

Valor do IMC	menor que 20	entre 20 e 25	entre 25 e 30	maior que 35
Diagnóstico	peso normal	sobrepeso (alerta)	obesidade (causa doenças a longo prazo)	obesidade mórbida (compromete funções vitais)

Exemplo: 55kg (peso) divididos por 1,65² (altura)² = 20,20 (IMC) → peso normal

Tratamento pode ser feito na rede pública de saúde

A melhor forma de se conseguir um peso ideal é adquirir novo estilo de vida, combatendo o sedentarismo com exercícios e alimentando-se de maneira saudável.

O tratamento para combater o sobrepeso e a obesidade pode ser feito pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que oferece orientação associando exercícios físicos e reeducação alimentar. Quando o paciente sofre de obesidade mórbida (IMC acima de 35) e corre risco de morte, é indicada a cirurgia de redução de estômago, que também é oferecida pelo SUS. O processo para indicação cirúrgica, no entanto, está sendo revisto. A assessoria do Ministério da Saúde informou que o programa vai ser reformulado, já que muitas pessoas que passam pela cirurgia não se adaptam ao

novo estilo de vida.

O uso de medicamentos para tratamento da obesidade é condenado pelas autoridades médicas, e só é recomendado em casos especiais. A maioria desses remédios são redutores de apetite associados a antidepressivos e diuréticos. Além da dependência, esses medicamentos podem causar efeitos colaterais como ansiedade, irritação, insônia, entre outros males. E em muitos casos, a suspensão de remédios leva a pessoa a ganhar mais quilos do que tinha antes de iniciar o tratamento.

O Ministério da Saúde oferece também treinamento aos profissionais de saúde com o objetivo de combater o problema. Para saber sobre locais de tratamento, ligue para o Disque Saúde ou procure a secretaria de Saúde do seu município.

Informações

Disque Saúde: 0800 61-1997

Serviço de Atendimento ao Usuário do SUS: 0800 644-9000

Ministério da Saúde
Tel.: (61) 315-2425
www.saude.gov.br

Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde
www.saude.gov.br/alimentacao

Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade (Abeso)
Tel.: (11) 3079-2298
www.abeso.org.br/

Sociedade Brasileira de Cardiologia
site sobre prevenção:
www.emforma.com.br

Pais devem estar atentos à alimentação dos filhos

Os médicos têm alertado para o crescimento da obesidade infantil. A deficiência de nutrientes e o excesso de gordura no cardápio, especialmente nos lanches, são apontados como principais causas da obesidade, que pode causar males cardíacos, diabetes, entre outros. Além disso, são muito grandes as chances de uma criança obesa se tornar um adulto obeso. Para evitar o problema, é necessário que os pais controlem a alimentação dos filhos.

A Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade (Abeso) aponta os principais erros dos pais na educação alimentar das crianças que podem levar à obesidade infantil:

- ▶ Não dar o exemplo: mandar tomar sucos quando os pais bebem refrigerantes
- ▶ Dizer sempre sim: sem limites, a criança abusa das calorias e das guloseimas
- ▶ Lanches fora de hora: permitir beliscadas". O ideal são seis refeições diárias
- ▶ Oferecer comida como recompensa: "Coma toda a sopa para ganhar a sobremesa". Passa a idéia de que a comida é ruim e que a sobremesa é que é o máximo
- ▶ Ameaçar os filhos com um tipo de chantagem: "Se não comer a salada, não vai ganhar presente". Isso pode desenvolver e aumentar a rejeição que a criança sente por algum tipo de alimento
- ▶ Brincadeiras à mesa: brincar de aviãozinho para a criança aceitar a comida. Muito mimo é sinônimo de muita manha
- ▶ Ceder ao primeiro "não gosto disso": a criança tem a tendência de não aceitar uma comida que ainda não provou
- ▶ Substituir refeições: esse erro é muito comum, e se a criança conseguir uma vez, vai repetir a estratégia sempre
- ▶ Tornar a ida à lanchonete um "programão": a comida de casa fica sem graça
- ▶ Servir sempre a mesma comida: a criança vai enjoar. E causa deficiência alimentar